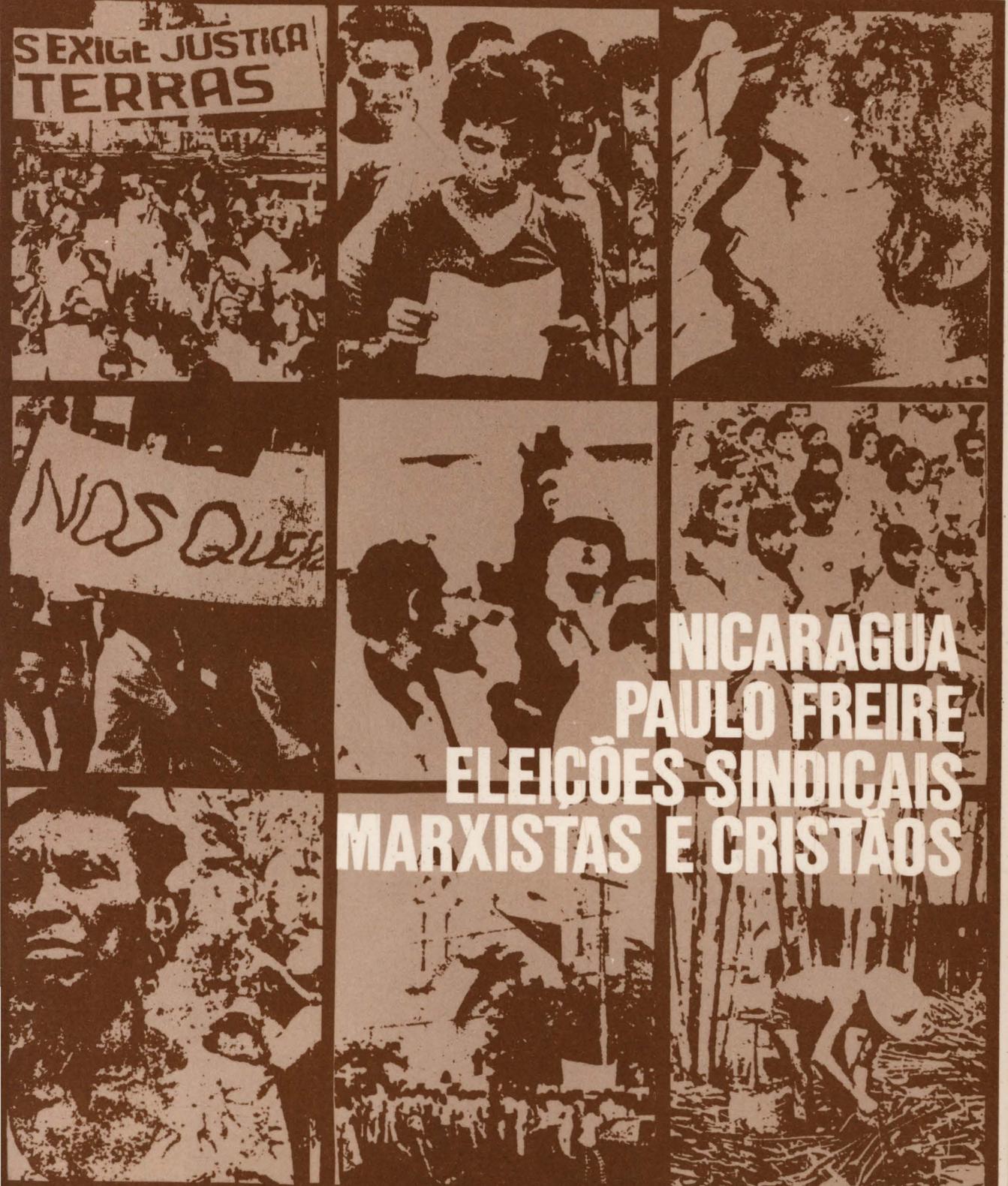


# proposta nº 16



**NICARAGUA  
PAULO FREIRE  
ELEIÇÕES SINDICAIS  
MARXISTAS E CRISTÃOS**

**fase**

# Editorial

# proposta

MARÇO/1981 - Nº 16

---

Editorial .....	3
Paulo Freire com a palavra Benedito Carvalho .....	4
Marxistas e Cristãos: pontos para um diálogo Ricardo Abramovay .....	11
Nicarágua: "En cada rincón liberado un nica alfabetizado" .....	21
Tauá: A conquista de um sindicato - Maria Gloria J. Wormald Ochoa e Inocêncio Rodrigues Uchôa .....	29
Eleições sindicais: balanço de uma prática FASE/Santa Luzia .....	38
Os grandes projetos da Amazônia FASE/Santa Luzia .....	43

---

---

Proposta - Publicação de circulação interna da  
FASE-Federação de Órgãos para Assistência Social  
e Educacional.

Coordenador Nacional: Jean Pierre Leroy

Coordenador de Publicações: Antônio Ivo de Carvalho.

Capa e Diagramação: Antônio Rogério Garcia Silveira.

Datilografia: Elita Vicente de Paula Duailibe.

Impressão: Vickson de Souza Viana.

---

---



# Editorial

Educação, Política, Igreja, Sindicalismo são alguns dos temas debatidos no presente número de Proposta. Temas atuais, não se trata de tomá-los como objetos de estudo acadêmico. São aqui abordados na sua complexidade, nas suas interconexões tal como aparecem no painel cotidiano de desafios e indagações daqueles que se debruçam sobre as tarefas dos trabalhos de base.

Abrindo este número, ninguém melhor do que o professor Paulo Freire, com sua capacidade de sintetizar o complexo sem reduzi-lo, para dizer das vicissitudes do processo social brasileiro na atualidade, da ótica do educador popular.

Sem constituir propriamente uma réplica do artigo de Luiz Alberto G. Souza - "Movimento Popular, Igreja e Política", publicado em Proposta nº 15 - Ricardo Abramovay enfrenta tema similar nos apresentando um sério trabalho, onde perfila de forma sistemática as questões controversas que, dos pontos de vista prático, doutrinário e metodológico, distinguem cristãos e marxistas na sua concepção sobre o movimento popular e sobre o processo de transformação social.

Além de reportar brevemente a grande experiência educativa empreendida pelo povo nicaraguense que, há quase dois anos, tomou em suas mãos o próprio destino, PROPOSTA apresenta ainda dois trabalhos produzidos por equipes locais da FASE-Fortaleza (CE) e Santa Luzia (MA) - a respeito do tema Eleições Sindicais. O primeiro relatando com precisão e riqueza de detalhes uma ilustrativa situação concreta: as eleições para o Sindicato de Tauá, no Ceará; e o segundo retratam um debate vivo entre sindicalistas rurais do Maranhão em torno de suas próprias experiências. Compartilham o mérito de procurar resgatar o alcance pedagógico do momento eleitoral no interior das práticas sindicais.

Por fim, ainda a equipe FASE de Santa Luzia nos apresenta um pequeno ensaio, fruto de um Seminário de Estudos realizado na região, a respeito do caráter e das implicações práticas dos Grandes Projetos em implantação na Amazônia.

Sem assumir o conteúdo e as opiniões contidas nos diversos artigos, cuja responsabilidade pertence aos respectivos autores, PROPOSTA acredita que, veiculando contribuições diversificadas, com enfoques de coloração e origem variadas, esteja dando a sua contribuição para estimular o debate sobre a temática do Movimento Popular, e assim enriquecer as práticas do trabalho popular.

# Paulo Freire com a palavra

Editorial

Entrevista concedida a Benedito Carvalho

P: Não há hoje quem trabalhe com Educação Popular, ou mesmo Educação em geral, que não tenha ouvido falar no "Método Paulo Freire". Fala-se muito do "Método" e é bastante comum uma certa visão mágica dele, como se conhecê-lo permitisse automaticamente resolver os problemas colocados pela prática educativa. O que o Sr. acha disso?

PF: Esta pergunta que tu fazes como a primeira da nossa conversa me parece, indiscutivelmente, uma pergunta interessante. Ontem à tarde, por coincidência, eu revia uma ficha de anotações escritas em Santiago quando estava ainda no exílio, em 1966 por aí. Eram fichas de anotações, de considerações em torno de um seminário realizado na época de capacitação de quadros em torno desse chamado "método Paulo Freire". O interessante é que eu fiz na tal ficha umas observações, tentando classificar ou enquadrar pelo menos três tipos de atitudes diferentes de pessoas que vinham ao seminário. E uma das atitudes era exatamente essa que tu colocas! Quer dizer: pessoas com a melhor das intenções evidentemente, que vinham - e continuam vindo - a seminários de formação (não importa que sejam em torno desse chama-

do "método Paulo Freire" o que importa é aquela atitude), com uma atitude de quem vem receber no chamado "método" um instrumento mágico, uma espécie de "varinha de condão". Você faz o seu pedido, toca com a varinha num carneirinho e ele vira uma princesa encantada. Quer dizer, vem-se procurar o método pela necessidade de ter um instrumento mágico com o qual se resolva um problema qualquer. É como se o método fosse a medicina da pessoa. Pensa-se que com o método, com a aplicação disso que se chama método, portanto um conjunto de técnicas, de caminhos, disso e daquilo, a gente vai acabar com os problemas sociais.

P: Isso não seria reflexo da ausência de um esforço das pessoas que estão inseridas numa prática social concreta de entender o contexto em que se acham inseridas, e que ficam pensando que uma coisa externa - o método no caso - irá trazer a solução ...?

PF: Exato, exato! Não importa a razão da atitude mágica. Ela é, em si, mágica. Pensar, atribuir ao que não é sequer um instrumento, esse poder transformador do real, é uma atitude profundamente ingênua. E is

so é tão poderoso nessa visão mágica que não precisamos sequer conhecer o real, basta aplicá-lo, basta aplicar o método - vamos dizer assim - na realidade para que a realidade se transforme. Em outras palavras: basta alfabetizar para que a consciência se modifique.

P: E o que é fundamental no "método Paulo Freire"?

PF: Eu te diria que nesta atitude que é política e educativa e que se chama método, o fundamental é uma preocupação constante com o conheci-



mento real do real; com isso que eu sempre costumo chamar de "desvelamento", quer dizer, tirar o véu de cima das coisas, entender o que está escondido por trás da aparência. Isso ao lado de um trabalho enorme, de um grande esforço de organização social, de mobilização. O problema nosso não é o de simplesmente fazer o "ba-be-bi-bo-bu", mas é buscar a mobilização dos grupos populares em torno de uma prática. Você não mobiliza no vazio, você mobiliza com objetivos claros que digam respeito às necessidades e às expectativas concretas e reais da população.

P: Comenta-se, pelo menos nos meios mais intelectualizados, que seu pensamento atravessou vários estágios. Na sua opinião que mudanças significativas realmente ocorreram? Como o Sr. analisaria o seu pensamen-

to desde a década de 60, quando o Sr. começou a atuar no Brasil, comparando-o com o seu pensamento do tempo de exílio, com a experiência na África, etc.?

PF: Tenho a impressão de que se eu for ler muito as pessoas que no Brasil e fora do Brasil se preocupam com esses momentos diferentes, vou acabar me convencendo da existência de muitos desses momentos, que, na verdade, quando leio eu acho graça. O analista descobre muita coisa na sua biblioteca - tem um tempo extraordinário de jogar com palavras, com isso e com aquilo. O meu tempo foi o tempo da prática direta, imediata, na mocambeira do Recife, por exemplo, e não numa biblioteca. Eu não posso ser compreendido fora do meu tempo, que não é meu, que é o tempo histórico em que participei, numa prática que não era minha, era uma prática social. Não dá para o analista de hoje querer compreender a mim com os instrumentos que ele dispõe em 1980. Eu acho esse negócio uma desvantagem

terrível para quem está sendo analisado. É preciso me analisar dentro daquele momento, dentro daquela região, dentro do tempo em que eu vivi. Mas, o fundamental, eu te diria, é que naquela época eu era muito mais ingênuo do que hoje...

P: Em que sentido se manifestava essa ingenuidade?

PF: Do ponto de vista, por exemplo, da compreensão da própria realidade. Se tu leste, por exemplo, "Educação como Prática da Liberdade", meu primeiro livro, tu não encontras nem uma vez sequer referência à natureza política da educação. É como se eu me sentisse, enquanto educador, um apolítico.

Não toquei nisso, eu não falei nisso. É como se eu pairasse sobre a po-

lítica. Ora, hoje, pelo contrário, o que afirmo categoricamente é que a educação é política, essencialmente política. E não fui o primeiro educador a dizer isso, mas fui um dos primeiros a gritar no tempo atual em torno da natureza política da educação. E vou até mais além de alguns que falam "num certo aspecto político da educação". Para mim toda ela é política. Esse ponto me parece fundamental.

P: E em que sentido a educação é política?

PF: Ela é política na medida em que se dá num contexto da prática social, ela não se dá jamais de forma neutra. Ela não está a serviço já mais de uma chamada humanidade abstrata, de um homem cujo perfil tu pudesses traçar distante, desgarrado de uma realidade histórico-social, política, econômica. Quer dizer: não é possível pensar a educação fora do poder. Nesse sentido, então, enquanto ela não pode ser vista fora do poder ela é eminentemente política. E ela expressa interesses que, no fundo, são interesses de classe e de grupos sociais que têm o poder e não têm o poder.

P: E essa percepção da dimensão política da educação se deu a partir de que momento de seu pensamento?

PF: Esse é outro ponto que certos analistas meus criticam. As vezes me criticam bem, as vezes mal. Mas me criticam a partir de dois livros e se recusam a ler os outros. Não pode! As vezes, o cara faz a crítica e gosta tanto de sua crítica que ficaria profundamente frustrado se tivesse que se desfazer dela.

P: Já se afirmou inclusive que o Sr. não aplicava corretamente o materialismo histórico...

PF: Diz-se uma série de coisas. Se me interessam, eu leio quando tenho tempo.

Bem, mas tu perguntavas sobre a questão política, quando ela aparece. Então

graçado isso. Veja você que a minha prática foi eminentemente política. Sempre foi e não podia deixar de ser, uma vez que ela era educativa. Eu é que fazia essa dicotomia quando sentava na mesa para escrever sobre a minha prática. Quer dizer, ao tentar teorizar ou relatar teoricamente a prática, eu dava explicações que não tinham muito que ver com a prática. Mas, no fundo, ela sempre foi política. Eu comecei a perceber a reflexão em harmonia com a própria prática no Chile. Há pequenos escritos naquela época que coincidem. Eles parecem pouco depois da "Pedagogia do Oprimido", que é um livro profundamente político, eminentemente político! Ele foi escrito em 1968, no Chile, mas só saiu em 1970. Foi exatamente o período do meu distanciamento do Brasil e a minha inserção no contexto chileno, os desafios chilenos, e, logo depois, os próprios desafios que, o período histórico da Unidade Popular colocou. Tudo isso contribuiu, não só para mim, mas para muita gente que não tinha percebido essa obviedade antes... Esse é o ponto que eu poria como fundamental. Não entre um Paulo moço e um Paulo velho, nada disso! Eu acho que há uma coerência muito grande. Eu disse antes o que eu faço hoje...

P: Como o Sr. vê esse Brasil de 1980 em termos econômicos, políticos, sociais? Que perspectivas o Sr. vê com essa inflação galopante, o povo à mingua, as periferias urbanas crescendo, etc.?

PF: Isso tudo me aflige...!

P: Isso evidentemente, coloca sérios desafios para a Educação Popular.

PF: Com relação a isso, desde que cheguei aqui no Brasil definitivamente, depois desses quase 16 anos, eu insisto que seria um erro pensar em reeditar o que foi 1963. Estamos vivendo em 1980 e não em 1964. Agora, indiscutivelmente, há uma série de temas históricos que eram temas históricos geradores, políticos, sociais e econômicos ontem

e que continuam sendo hoje. Por exemplo a miséria das massas populares brasileiras. Era um problema fundamental, enorme, a pauperização das massas populares. Esse tema me parece de uma ênfase tal que só os anjos ou os endemoniados negam a existência desse problema. Basta dar um pulo na periferia de São Paulo para você perceber, pegar este problema. Quando eu vou à periferia de São Paulo fico a me perguntar o que será do resto do Brasil. Se é aqui que o capitalismo brasileiro alcançou o seu maior nível, você imagina Recife, você imagine Belém do Pará, Caruaru, etc. Isso me deixa realmente, preocupado.

Um outro tema, por exemplo, que, na época, era um tema importante, fundamental, era o da participação popular. Tomando participação não como dizer "bom dia", "boa tarde", "como vai o senhor", não, mas participação como ingerência nos destinos políticos desse país; na feitura e na refeitura dessa sociedade que é nossa. Esse tema nunca esteve tão presente como hoje, sobretudo depois desses 15 anos de silêncio que caiu sobre nós, aumentando o silêncio histórico que as massas populares sempre viveram. Esse tema, que era de ontem e continua sendo de hoje, vai ser um tema até o fim desse século, não tenho dúvida nenhuma.

O outro tema, por exemplo, seria o da espoliação da economia brasileira pela economia estrangeira. A minha geração aplaudia aqui a movimentação e a coragem dos deputados de esquerda daquela época que faziam, propunham e levaram à votação a lei contra as remessas de lucros para o estrangeiro. Isso foi uma das razões que levaram à consolidação do golpe de Estado de 1964. Esse tema ainda hoje, de forma mais agressiva, é um tema atual, nacional, na medida em que hoje, mais do que ontem, mais do que nunca, as multinacionais se plantaram nesse país como uma bomba de sucção extraordinária. Esse tema era dessa época e é um tema de hoje. O problema é como nós educadores populares - ou pretensos educadores populares - temos que fazer para desvelar essa temática às massas popula-

res e como aprender com elas. Eu acho que é uma ingenuidade de um lado, e uma petulância de outro, pensar que as massas populares não têm a sua maneira de entender isso. Elas têm, porque vivem essa problemática!

P: Na situação em que se encontram as classes populares e os temas referidos pelo Sr., naturalmente, vão ser canalizados para algum instrumento de modificação dessa situação. Esses instrumentos são obviamente, os partidos políticos. De um lado nós temos as propostas ortodoxas com relação ao direcionamento político, ou seja, vanguardas formadas por pequenos grupos - com orientações táticas e estratégicas diferentes - que tu do fazem para apreender e, dirigir os movimentos sociais. Por outro lado, existem grupos que não aceitam os métodos de ação dessa vanguarda - principalmente na área da Igreja - achando que as classes populares não devem ter uma direção. Como o Sr. vê e analisa essa questão?

PF: Esse, para mim, é um momento e uma nota permanente desse processo de transformação é pedagógica. E esse processo é eminentemente político, com conotações pedagógicas indiscutíveis: o da relação entre a liderança ou a vanguarda e as massas populares, as chamadas classes sociais exploradas, mediadas as duas pela realidade que deve ser transformada, que está sendo transformada. É claro que diante disso você pode ter a tentação vanguardista, a tentação segundo a qual é a liderança que sabe tudo, que possui a verdade, a teoria revolucionária acabada. Isso é uma coisa terrível! É a teoria acabada, que não vai mudar nunca mais porque já está feita, como se em história houvesse isso. De um lado você tem essa tentação de uma vanguarda que se apodera da teoria, quando Marx dizia que a teoria revolucionária se autentica quando as massas populares a assumem. E assumir, nesse sentido, não é receber, é uma tarefa do sujeito. Do outro lado, você tem a tentação também - e isso a gente vê na história - de deixar as massas populares entregues a elas próprias, em nome do respeito que se deve ter à

sua autonomia, ou em nome de um certo romantismo basista, por exemplo. Eu não aceito nem uma coisa nem outra. Eu acho que não é possível transformações sociais e políticas para as massas populares, apenas - isso é golpe de Estado -, mas, por outro lado o que não é possível é deixar que as coisas ocorram para ver como é que ficam. Para mim o grande papel de uma liderança é, em primeiro lugar, que ela se confirme historicamente, constantemente, na medida em que as massas avancem. Tem que se confirmar no seu encontro permanente com as massas populares e cabe a ela na estrutura do próprio poder que venha a ter com as massas, inventar os caminhos através dos quais ela viva constantemente selando esta autenticidade de estar com e jamais sobre as massas populares.

P: E dentro desse quadro, como o Sr. vê a função do Partido dos Trabalhadores?

PF: Eu aderi ao PT. Não diria que sou um extraordinário militante do PT, mas sou um militante como outro qualquer. Acho que uma das coisas que faz com que o PT seja já algo que me atraia é que ele não tem nenhum militante extraordinário. Quer dizer, todos os integrantes do PT são militantes, sem atributo nenhum, sem qualificativo nenhum. Em segundo lugar - sem idealizá-lo - eu acho que o PT encarna, sugere um sonho impossível que é esse sonho de uma liderança que não se decreta a si mesmo, mas nasce de baixo para cima e que continua buscando a sua autenticidade na comunicação com as bases populares. Finalmente, o PT tem uma outra coisa que me interessa, me agrada enormemente e que me fez aderir desde de Geneve, onde ainda estava: é que o PT rejeita, recusa a arrogância intelectual, mas aceita a colaboração do intelectual. Então isso é extraordinário! No momento em que grande parte da classe operária brasileira disse não a essa arrogância, eu disse sim a ela. Isso, para mim, é o PT. Eu espero que ele vá sendo cada vez mais. Sem idealizá-lo, é claro, na medida em que o PT se in-

tere numa luta, numa vasta luta...  
P: Que relação o Sr. estabeleceria entre o PT nesse sentido e os movimentos populares? Como fica, por exemplo, a questão partidária e o problema da autonomia dos movimentos populares?

PF: Essa me parece uma questão interessante e não só uma realidade brasileira. Ela começa a testar ou desafiar a teoria política, também. Eu não tenho dúvida nenhuma, por exemplo, que tem havido uma recusa no mundo todo, mais forte num canto, menos noutro, ao sentido tradicional dos partidos. Uma espécie de esvaziamento dos partidos... E não só dos partidos burgueses, mas dos de esquerda, também! Ou eles são capazes de se renovar, de ser um pouco movimento ou prá mim eles se acabam, se deterioram. Para mim um dos problemas que o PT tem é esse: ele não pode ser só movimento, porque enquanto movimento ele tem um poder parcial. Ele tem que ser partido para disputar o poder com outros partidos, participando da luta pelo poder. Fora disso como justificar um partido? Mas, se ele virar só partido e se esquecer de certas qualidades...

P: Na prática é difícil separar os movimentos sociais - por exemplo, luta por creches, pelo direito de morar, por escolas - da política. Queramos ou não, esses movimentos são essencialmente políticos...

PF: Tudo isso é política! Mas não é política que esteja sendo feita necessariamente por um partido. É política que está sendo feita por um movimento. As vezes os que participam dessas lutas não sabem sequer que estão fazendo política. Eles são políticos, mas não sabem que fazem política.

P: Uma outra dificuldade é como canalizar essas lutas bem específicas dos movimentos sociais para alguma coisa mais orgânica; como sair do isolamento, da atomização. Aí que entra a questão do partido. A prática, no entanto, tem mostrado que is-

so é um pouco teórico. Na prática, muitas vezes, as coisas vão se dar de forma diferente. Não podemos esquecer a longa tradição elitista que o exercício da política tem no Brasil. Isso tanto no meio da direita como no meio (infelizmente) da esquerda...

PF: Realmente, o negócio não é fácil. Mas eu acho que o PT não pode, dentro do jogo pelo poder, repetir a prática dos outros partidos!

P: E que prática ele deveria ter?

PF: Como esse partido é absolutamente novo, tão novo quanto foi a atitude dessa fração da classe operária brasileira que disse não a arrogância intelectual e marchou com o partido quando ninguém esperava que ela marchasse. Isso é novíssimo na história política desse país, isso é inédito, começou agora! Me lembro quando estive aqui no ano passado em agosto, amigos meus de posições políticas excelentes, de esquerda, me diziam da inviabilidade absoluta do PT. E o que acontece? É que está tendo uma participação grande dos chamados intelectuais o que surpreende a todo mundo. O PT está crescendo enormemente. Inventar essas novas práticas políticas é tão novo quanto nova é a presença desse partido na vida política brasileira.

PF: Com minha experiência de educador eu te diria que uma das melhores virtudes que, se eu pudesse daria de presente a todos os militantes do PT, uma delas seria a virtude da paciência ligada a impaciência. Daria um pacote da dialeticidade entre a paciência e a impaciência do presente. O outro pacote seria o da humildade. Quer dizer, vamos ser humildes demais para aprender mais. Entre elas, também, a virtude de falar pouco e fazer mais. A virtude de compreender o mais rapidamente possível a mágica, o mito da palavra. Que não é com palavras grandes, fortes e bravas que a gente transforma a realidade social. Mas, eu confio! Você já imaginou o dia em que você tenha que concluir a sua vida sem apostar em

nada? Há coisas que eu não posso pensar em mim, para mim, por exemplo, uma delas é morrer é, até lá, não ter condições de apostar em coisa nenhuma! Quem quiser apostar numa coisa pura está apostando fora da história, fora da existência...!

P: O que o Sr. acha do Lula?

PF: Eu tenho tido muito boas relações com o Lula, boas conversas. Em primeiro lugar eu te diria que o Lula é um intelectual no sentido que nós defendemos do que seja um intelectual. Quer dizer: ninguém, jamais, usa só as mãos, ninguém jamais, usa só a cabeça. Isso não existe! A sociedade é que nos levou, deformadamente, a usar 95% a cabeça e 2% a mão, ou vice-versa. Não é possível praticar sem que, na prática, exista um momento de pensamento, de reflexão. E, nesse sentido, o Lula é um intelectual e pensa muito bem. Em segundo lugar, eu acho um homem muito aberto, decidido, um homem que não está aí para impor a ninguém a posição dele, mas não está aí para aceitar a de ninguém simplesmente porque o outro achou que deve aceitar. Essa é a minha impressão. É um cara que discute, que debate.

P: Vamos mudar um pouco de assunto. Como o Sr. vê a questão agrária no Brasil hoje? Como o Sr. vê, por exemplo, a questão da reforma agrária?

PF: Tenho poucos conhecimentos para te falar da questão da reforma agrária. O que eu poderia dizer é que é indispensável que se reformule o Estatuto da Terra desse país. Não é possível continuar desse jeito que está. Eu, como nordestino, conheço isso de perto, o que significa o poder da cana-de-açúcar. Eu cresci vendo a cana-de-açúcar, o canavial, sair invadindo as terras e, depois, não se satisfazendo com o mundo de terras que engravidou, invadir os quintais pequeninos, mínimos, dos pobres camponeses. Quando menos se esperava a cana aparecia na porta, na cozinha do mocambo, asfixiando tudo. A cana-de-açúcar é o símbolo desse poder sobre a terra, sobre o homem.

P: E como o Sr. vê a participação do camponês na reforma agrária?

PF: Em primeiro lugar essa história de dizer que o camponês não tem capacidade de participar é conversa fiada. Eu acho que ele tem demais. O que ocorre é que há níveis distintos de participação. É pelo mais simples que se deve começar. Não há como negar ao camponês o direito que e

le tem de participar da transformação de algo que lhe diz respeito diretamente. Essa história de dizer que ele é analfabeto, que não sabe, é conversa. O analfabeto não sabe ler o livro, mas lê com muita precisão o mundo, a realidade. Acontece que o poder daquela minoria que detém o domínio das terras no Brasil é um poder extraordinário ainda.

# Marxistas e Cristãos: Pontos para um diálogo

RICARDO ABRAMOVAY

Versão ampliada de uma comunicação apresentada na mesa-redonda sobre Partidos Políticos no campo, promovida pelo CPDA/EIAP/FGV, no quadro do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, PIPSA.

São poucas as correntes marxistas, em qualquer parte do mundo, que re-  
petiriam a célebre frase pela qual o jovem Marx definiu a religião como o "apoio do povo". Com efeito, a utilização por parte das classes dominantes da força moral que a religião - e não apenas o cristianismo - exerce sobre as massas com o objetivo de freiar a luta por sua emancipação social e política, torna-se cada vez mais difícil. A consciência religiosa, hoje menos que nunca, pode ser identificada simplesmente à justificação filosófica e ética da sociedade de classes. Os exemplos desta evolução do mundo religioso não se concentram mais em algumas figuras heróicas porém isoladas (como Camilo Torres), mas aparecem em grandes movimentos revolucionários, como os que sacudiram profundamente o Irã e a Nicarágua recentemente. O concílio Vaticano II, Medellin e mais recentemente Puebla, inauguraram um período histórico onde a função da Igreja não é mais, como durante séculos, a de sacramentar as injustiças sociais e a exploração que as massas sofrem neste mundo em nome de sua redenção no Reino do Senhor.

O Brasil é certamente um dos países em que esta grande virada histórica atingiu de maneira mais profunda e radical o povo trabalhador. Este verdadeiro processo de conversão é tanto mais impressionante que há pouco mais de uma década, abia

maioria do clero brasileiro e de sua direção, a CNBB, faziam coro, sob a bandeira do anti-comunismo, com os inimigos do povo. Embora a CNBB tenha apoiado as reformas de base do governo João Goulart, a conduta da Igreja junto às massas antes de 1964 é bem sintetizada por estas palavras de Francisco Julião em sua "Carta aos Camponeses" de 1955: "Dás o dízimo à Igreja. E a Igreja te pede re-  
signação em nome de Cristo".

Praticamente todas as tentativas que a Igreja fez de se aproximar das massas antes de 1964, inspiraram-se na determinada obstinação de impedir o crescimento da liderança que as correntes revolucionárias - e os comunistas em particular - vinham conquistando entre os trabalhadores do campo e da cidade. O latifúndio, a exploração, a fome, nada disso era mais importante que a ameaça do comunismo. A salvação nos céus exigia que, na terra, se acabasse, em nome de Cristo, com o comunismo. Assim, exceto algumas iniciativas isoladas, entre cristãos e marxistas imperava (em termos nacionais), um confronto claro, aberto e muitas vezes violento.

A situação hoje alterou-se radicalmente. Os cristãos, na sua maioria, ligam-se às massas não para salvá-las do comunismo, mas para ajudá-las - também em nome de Cristo - na luta contra a exploração a que as submete a sociedade capitalista. E não se

trata af de iniciativas isoladas, mas de uma orientação assumida cada vez mais pelo órgão máximo dos católicos brasileiros, a CNBB.

Nestas condições, é evidente que as relações entre católicos e marxistas não se colocam hoje em termos de confronto, como antes de 1964. Inúmeras são as situações em que comunistas e católicos encontram-se lado a lado lutando pelos mesmos objetivos. E não se trata apenas de uma aliança episódica, como aquela que pode unir em torno de objetivos comuns representantes de classes sociais antagônicas. Ao contrário, cada um a seu modo, cristãos e marxistas tentam contribuir para o desenvolvimento das lutas de massa não só pela democracia mas também pelo socialismo.

Apesar deste avanço e desta colaboração, no entanto, não se pode dizer que exista hoje no Brasil um amplo diálogo entre cristãos e marxistas. Independentemente dos fatores que obstruem este diálogo - entre os quais se destaca a própria ilegalidade em que se encontra o movimento comunista - a distância que existe hoje entre essas duas correntes representa uma ameaça à própria unidade das massas na luta pela democracia e pelo socialismo. Na ausência de um diálogo franco e aberto, a colaboração de fato a que muitas vezes foram levados católicos e comunistas na luta contra o regime, pode degenerar numa rivalidade cuja principal consequência seria a divisão do povo trabalhador. Num país em que não só a tradição religiosa, mas a organização de massas que existe em torno da Igreja são tão amplas, o diálogo entre cristãos e marxistas assume uma importância prática de primeira ordem. Mas tanto os católicos como os comunistas só poderão contribuir de fato para a unidade do povo caso se conheçam profundamente e tenham inclusive condições de se criticarem mutuamente.

A Igreja, contando com o apoio decisivo de sua hierarquia, foi um dos poucos canais de expressão das lutas populares durante os anos em que o regime ditatorial se caracterizou fundamentalmente por sua natureza terrorista.

O marxismo considera o fenômeno religioso - particularmente o cristianismo - sob um duplo aspecto: por um lado, expressão do caráter fantasmagórico que a relação entre os homens assume na sua consciência social - a religião é a consciência alienada do homem; por outro lado, porém, expressão de revolta contra a ordem estabelecida, a religião representa a elaboração de um projeto, de uma esperança para a redenção humana. Ao longo da história, a religião tanto foi usada para reprimir e torturar, quanto serviu de alimento espiritual para grandes revoltas populares. É justamente este aspecto revolucionário da religião - e do catolicismo em particular - que ressurgiu no mundo moderno e sobretudo na América Latina.

Esse ressurgimento no Brasil revolucionou a fisionomia da Igreja católica e do mundo cristão. A Igreja - contando com o apoio decisivo de sua hierarquia - foi um dos poucos canais de expressão das lutas populares durante os anos em que o regime ditatorial se caracterizava fundamentalmente por sua natureza terrorista. Apesar da repressão fascista e do refluxo do movimento de massas, a hierarquia da Igreja católica soube se colocar corajosamente ao lado do povo, tanto em documentos onde eram condenados o regime e o sistema econômico que o sustenta, quanto no estímulo à formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Durante muito tempo, estas foram, com uma ou outra exceção localizada, a única organização regular, legal e aberta onde as massas podiam discutir livremente os seus problemas. Todas as organizações, que de alguma forma, eram obrigadas a submeter-se ao controle direto do Estado (sindicatos e MDB, por exemplo) enfrentavam enormes dificuldades para se conver

terem em organização de luta de massa. Portanto, a própria repressão fascista provocou a afluência de inúmeras lideranças populares para as fileiras da Igreja.

Seria errôneo imaginar porém, que estas lideranças simplesmente "utilizam-se" da instituição religiosa para dar cobertura a suas atividades políticas e sindicais, como se a Igreja constituísse para elas uma pura forma. A Igreja não se converte numa organização exclusivamente secular pelo fato de se preocupar de maneira sincera e autêntica com os problemas que afligem o povo. Ao contrário, a preocupação com esses problemas impõe-se não por um móvel político ou social, mas antes de tudo por uma necessidade propriamente teológica: trata-se para os cristãos de "unir fé e vida", de iniciar neste mundo a concretização daquilo que só será alcançado definitivamente na comunhão com Deus: "O ideal evangélico a ser atingido, a prefiguração na terra do reino definitivo, quando Deus será tudo em todos, é a construção de uma sociedade fraterna, fundada na Justiça e no amor" (1). A fraternidade entre os homens no Reino do Senhor não é mais a contrapartida de seu sofrimento e de sua natural separação social na terra. A construção do Reino deve ser iniciada neste mundo. É claro que todas as ações históricas são provisórias e passageiras diante da dimensão escatológica que as fundamenta. Ou seja, na sua ação pastoral contra as injustiças e pela fraternidade (o que, cada vez mais assume a forma - embora muitas vezes confusa - de luta contra o capitalismo), o cristão é movido fundamentalmente por sua fé. A questão básica do militante cristão é "o que Deus nos tem a dizer com os problemas sociais captados adequadamente pela racionalidade científica? Este é o desafio; aqui não basta a razão, entra a fé" (2). Sua resposta é de que a "fé possui uma inegável dimensão libertadora que deve ser resgatada e mantida viva continuamente" (3).

Hoje no Brasil, existem cerca de 50 mil Comunidades Eclesiais de Base. Mais de um milhões de pessoas reu-

nem-se regularmente em pequenos grupos, não apenas para rezar ou organizar procissões, mas sobretudo para discutir seus problemas do dia a dia à luz do Evangelho. Não são poucas as vezes em que destas discussões resultam importantes ações de massa, tanto no campo como na cidade. As funções de um movimento sindical reprimido e anestesiado pelo regime, foram muitas vezes cumpridas (não sem problemas, é claro, como veremos a diante) pelas CEBs. Mas mesmo na ação de massas, o eixo de unidade das CEBs, encontra-se em sua ligação com a Igreja, isto é, na fé. Essa unidade de entre um aspecto filosófico maior (a fé, que se desdobra não apenas na idéia de Deus, - mas numa concepção do próprio homem) e as necessidades práticas das lutas dos trabalhadores, no interior de uma organização que reúne centenas de milhares de homens e mulheres do povo, constitui um fenômeno social novo, não apenas nos últimos anos, mas no conjunto da história do Brasil. Mesmo antes de 1964 nenhum movimento social obteve, em termos nacionais e atingindo praticamente todas as camadas do povo trabalhador, uma amplitude e uma profundidade tão grandes.

---

A Igreja soube (e pôde) fazer aquilo que o Golpe de 1964 impediu a outras organizações populares: manter o "contato cultural com os simples" e elaborar a partir desse contato um grande projeto, uma grande esperança, uma mística social.

---

Apesar da diversidade que caracteriza as CEBs, isto significa que uma massa humana considerável não somente agrega-se em torno de uma organização centralizada, (a Igreja), mas sobretudo passa por um processo de homogeneização cultural. A Igreja transforma-se, através das CEBs, num poderoso agente de difusão cultural de um conjunto de idéias em cuja raiz está a convicção de que a grande esperança humana (a fraternidade entre os homens em Deus) realiza-se

no Reino, mas inicia-se no mundo temporal. Esta difusão cultural possui um enorme poder unificador. E a unidade que ela cria não repousa fundamentalmente no medo e na força da autoridade divina (ainda que estes fatores tenham um peso apreciável), mas na adesão consciente a um corpo de idéias que corresponde globalmente aos interesses dos oprimidos e que os unifica em torno de um projeto comum. Embora este projeto seja elaborado por um corpo de intelectuais, seus princípios foram sem dúvida popularizados e se incorporaram à forma de pensar de importantes setores do povo. A Igreja soube (e pôde) fazer aquilo que o Golpe de 1964 impediu a outras organizações populares: manter o "contato cultural com os simples" e elaborar a partir deste contato um grande projeto, uma grande esperança, uma mística social.

Hoje, nos mais diferentes pontos do País, os membros da CEBs, falam uma linguagem comum e possuem um ponto de vista mais ou menos único sobre os problemas que os atingem. Esta grande função unificadora da Igreja apoiou-se sobre as próprias CEBs, sobre os membros do clero e também sobre uma produção cultural que se traduz em pequenas publicações locais, em cantos e em rituais religiosos onde se celebra a unidade entre fé e vida. Em torno da Igreja criou-se (com as dificuldades inerentes à própria situação de miséria material e cultural das massas) aquilo que Antonio Gramsci não encontrava nesta "grande desagregação social" (4), que era a Itália Meridional: uma "organização da média cultura", isto é, as condições materiais e intelectuais para que um determinado ponto de vista sobre a realidade se difundisse largamente e tivesse por aí um poder de unificação intelectual e político. Os teólogos progressistas (e são estes os teólogos lidos pela maioria do clero, são eles os formadores de opinião no interior da Igreja) cumpriram em grande parte as funções de um intelectual orgânico, na medida em que elaboraram e tornaram "coerentes os princípios e os problemas que as massas colocam por sua atividade prática e isto pela constituição de

um bloco cultural e político" (5). Estas características por si só justificariam a inclusão da Igreja numa mesa redonda sobre "Partidos Políticos no Campo". Juntamente com o movimento sindical (mas de maneira ainda mais profunda, em função da própria natureza de suas idéias) ela é a única instituição que possui esta função agregadora, de unificação cultural que caracteriza o verdadeiro partido político, aquele que possui uma existência social efetiva e não apenas ideal.

Existe um ponto, no entanto, no qual a Igreja se separa radicalmente do partido político. O partido, em geral, possui alguma forma de escolha ou de legitimação pela base de seus dirigentes. Ele é uma associação voluntária, onde, ao menos em princípio, todos os membros possuem iguais direitos.

A estrutura orgânica da Igreja é de caráter monarquista: não são os fiéis, nem mesmo o clero que escolhem os bispos e os cardeais, mas o papa. A Igreja, na escolha de seu corpo dirigente, rege-se por princípios teocráticos: é enquanto incorporação da razão divina que o Vaticano põe e depõe.

---

Para os marxistas, a distância cultural entre o partido, o intelectual orgânico e as massas em geral é uma contradição sobre cuja base o próprio processo revolucionário se desenvolve. Para os cristãos, ela é uma injustiça que deve ser abolida.

---

Este problema, esta contradição entre uma doutrina correspondente globalmente aos interesses dos oprimidos, uma organização profundamente enraizada no povo, por um lado, e uma estrutura orgânica totalmente anti-democrática, por outro, evoca uma questão ainda mais importante; a da concepção que a Igreja tem de sua própria relação com as massas. Len do-se a maior parte dos teólogos progressistas (e observando-se seu comportamento, suas tomadas de posição

com respeito aos grandes temas da atualidade política nacional) percebe-se que esta concepção rege-se por um objetivo, por um ideal: trata-se de impedir que os intelectuais, os padres, os agentes de pastoral, os militantes políticos desvirtuem por sua atividade a consciência revolucionária do povo. Esta consciência é um ponto de partida, ela existe objetivamente, independentemente da vontade dos intelectuais. É claro que sua existência não se manifesta de maneira individual, na consciência de cada homem tomado isoladamente. Mas a própria organização popular em torno das Comunidades Eclesiais de Base revela o quanto o povo sabe unir suas convicções religiosas a suas necessidades práticas no terreno da organização, criando uma base nova para sua ação reivindicativa e mesmo política.

Nos últimos anos são inúmeras as reflexões dos intelectuais cristãos que levaram a uma espécie de código de ética da ação social: ouvir antes de falar, aprender antes de ensinar, em suma evitar ao máximo de interferir na consciência coletiva do povo pois esta consciência é uma genuína manifestação em si mesma revolucionária e transformadora.

Os estudos em torno da religiosidade de popular refletem em grande parte esta preocupação, esta busca dos valores morais, éticos e mesmo filosóficos que constituiriam um sedimento de pureza na cultura de nosso povo, sedimento este desvirtuado no contato com culturas que lhe são estrangeiras. A própria missão evangélica teria por premissa a recuperação desta espontaneidade cultural, que é uma base sólida para a ação política. Para o sucesso desta missão, inclusive, "é preciso elaborar categorias descritivas e interpretativas que colham com justeza aquilo que é típico da cultura, da história e da experiência humana de nossa gente" (6).

O caráter progressista, transformador da religiosidade popular decorreria do próprio "caráter leigo que a religião cristã revestiu aqui desde os inícios. A verdade é que os

leigos aqui se sentem menos marginalizados na Igreja do que na Europa, que eles têm uma longa experiência em organizar Igreja, através das confrarias e irmandades que conseguem manter a vitalidade até sucumbir diante do avanço clerical no final do século passado. A prática das confrarias criou nos leigos e sobretudo nas leigas um ethos cujo dinamismo está bem vivo no povo e reaparece nas comunidades de base" (7). Estas raízes históricas explicam o fato de que "o povo não separa libertação e Evangelho, natural e sobrenatural" (8), isto é, a natureza religiosa de que se reveste a própria consciência política das massas. Estes são os fundamentos de uma Igreja que não é "para os pobres, nem com os pobres, mas de uma verdadeira Igreja dos pobres" (9). Nesta Igreja ficam "bispos, padres e agentes de pastoral literalmente calados, ouvindo e aprendendo dos operários e lavradores que, de posse da palavra, insistiam em não largá-la" (10).

Não se trata, nesta concepção da esquerda cristã, de negar o importante papel da conscientização. Mas esta gira em torno de uma "nova pedagogia" (11) que deve partir o quanto menos de "princípios teóricos extraídos de livros e sim da experiência de exploração que os educandos carregam..." (12). As idéias não devem vir "de fora", mas nascer da própria experiência do povo. O intelectual não elabora, ele traduz, sistematiza aquilo que o povo mesmo apresenta, embora muitas vezes de forma caótica. Da mesma forma, no plano orgânico, ele não organiza, não dirige, mas apenas interliga e propicia algumas condições para que o próprio povo trace independentemente o seu caminho.

É claro que nestas concepções já se encontra o ponto fundamental que separa cristãos de esquerda e marxistas. Por mais diversas que sejam as tendências existentes no interior de uma e de outra corrente, o marxismo, de forma geral, pretende justamente cometer o pecado do qual os cristãos querem se redimir. Engels caracterizava o comunismo como o re

sultado da unidade de dois movimentos contraditórios: o movimento das massas na luta pela defesa de seus interesses imediatos e as idéias socialistas que são o fruto de uma paciente elaboração científica que não pode ser de forma alguma substituída pelo contato com as massas. Aquilo que para os marxistas é um dado, uma componente inevitável do processo revolucionário, uma contradição da qual sai o seu desenvolvimento, é vivido pelos cristãos de esquerda como uma espécie de ação pecaminosa para a qual a única salvação reside no abandono da condição do intelectual, de sua tentativa em "trazer de fora" idéias para as organizações populares. Para os marxistas a distância cultural entre o partido, o intelectual orgânico e as massas em geral é uma contradição sobre cuja base o próprio processo revolucionário se desenvolve. Para os cristãos ela é uma injustiça que deve ser abolida, despindo-se o educador "o quanto possível, da carga que traz de seu meio de origem e de seu processo de formação. Isso não se obtém por mera intenção, mas por uma efetiva revolução cultural, através de uma prática pela qual o educador se deixa reeducar pelos educandos. Antes de falar, ouve; antes de ensinar, aprende; antes de explicar, pergunta; antes de formular, pratica; antes de querer conduzir, deixa-se conduzir" (13).

---

Por não problematizar suas relações com as bases, a esquerda cristã não percebe que comete, queira ou não, o pecado que tanto condena. As idéias por ela elaboradas e difundidas entre as massas que frequentam as CEBs aparecem como as idéias autônomas e independentes das próprias massas.

---

É perfeitamente compreensível que, numa instituição centralista e secularmente marcada pelo autoritarismo, a conversão ao povo adquira uma fisio-nomia radical, maximalista, como se agora o povo fosse tudo e a estrutu-

ra institucional da Igreja nada, como se os pobres tivessem enfim recuperado o que lhes "foi sequestrado por tantos séculos" (14). Clamando mea culpa por este obscuro passado a esquerda cristã exige: "chega de dominação!" e decreta extinto o seu papel intelectual e culturalmente ativo junto ao povo. Seu desejo de inverter a situação é tal, que a situação já lhe aparece invertida. Ela organiza rituais onde contempla sua obra, reuniões em que é o povo e não o agente quem fala. Ela celebra a tomada da palavra pelo pobre.

Mas que palavra estará o pobre tomando? Onde nasce a fonte da qual jorram suas idéias e seus pontos de vista a respeito da realidade? Como se forma esta unidade cultural que caracteriza (ainda que de forma precária) as CEBs?

É por não se colocar estas questões, por não problematizar suas relações com as bases, que a esquerda cristã não percebe que comete, queira ou não, o pecado que tanto condena, que ela é responsável pela elaboração e pela difusão de idéias que "maculam" a consciência do povo. É por isto que o seu ponto de vista refletido nas massas que frequentam as CEBs lhe aparece como o ponto de vista autônomo e independente das próprias massas. O uso da Bíblia como "indutor político", a "leitura crítica do Evangelho" (15), por exemplo, é muitas vezes atribuída ao próprio povo. Ora, é evidente que tanto a teologia da libertação quanto as idéias políticas que dela decorrem não foram elaboradas espontaneamente pelo povo, mas nasceram em laboratórios de pesquisa (a Universidade de Lovaina, ou os cursos de Carlos Mesters em Angra dos Reis, por exemplo) e cresceram a partir daquilo que é, no essencial, uma ramificação da estrutura orgânica da própria Igreja: as CEBs. Os teólogos da libertação são os principais formadores de opinião no baixo clero. Eles dispõem de uma estrutura de cursos, encontros, folhetos, livros, programas de rádio e televisão, que permite a ampla difusão de suas idéias no interior de camadas importantes do povo.



querda cristã e os setores mais avançados do movimento sindical, encontram nestas concepções a sua raiz. O verdadeiro culto às comissões "independentes", às "oposições sindicais", a supervalorização de encontros que não se dessem no quadro do movimento sindical, refletem em grande parte esta preocupação.

Este ponto de vista que alguns chamam de "espontaneísta" (o culto à espontaneidade) ou "populista" (o culto àquilo que vem do povo) aparece também no documento de Itaici. Antes de apontá-los é necessário frisar que seus aspectos positivos, não só por sua tomada de posição do lado dos oprimidos, mas também pela própria análise da realidade rural brasileira e por sua fundamentação teológica, superam de longe as suas limitações. O documento foi sem dúvida da "uma boa nova", um dos maiores estímulos que, nos últimos tempos, os trabalhadores rurais receberam para o desenvolvimento de suas lutas.

Os pontos problemáticos do documento são aqueles em que da denúncia e da análise os bispos partem para a formulação de algumas idéias alternativas para a organização da sociedade rural brasileira. Da mesma forma que os teólogos da libertação, os bispos procuram "valorizar, preferencialmente, o ponto de vista, o modo de pensar e a experiência concreta dos que sofrem, por causa do problema da terra" (18). No entanto, é valorizado o ponto de vista de uma parcela apenas destes que sofrem por causa do problema da terra: o pequeno camponês, e particularmente o posseiro. E mesmo assim, como já mostrou O távio Guilherme Velho (19) é extremamente discutível que o documento de Itaici reflita realmente o ponto de vista do posseiro. Pode-se dizer que no Brasil como um todo (e não apenas em alguns lugares da Amazônia Ocidental) os posseiros "lutam pela 'posse e uso' de sua terra, mais do que pela propriedade"? Pode-se falar de forma geral em "terra de exploração" e "terra de trabalho"? As terras de um camponês trabalhador nas quais vive um parceiro são de "exploração" ou de "trabalho"? Embora didática, a distinção entre terra de

exploração e de trabalho induz a uma visão maniqueísta, como se na agricultura brasileira houvesse apenas duas categorias sociais: os pobres e os ricos.

Mas o documento de Itaici não se limita a constatar a suposta existência desta "terra de trabalho". Ele vai além; a "terra de trabalho" e particularmente a posse não significa apenas uma categoria econômica. Ela é, antes de tudo, um produto da própria resistência do trabalhador ao desenvolvimento do capitalismo, à expropriação. Ou seja, a luta concreta, objetiva, contra o capital (que se exprime na resistência ao "avanço" do capitalismo) não forja apenas um ponto de vista sobre a realidade, mas se traduz de maneira palpável em certas formas econômicas, que exatamente por isso podem aparecer como formas econômicas não somente opostas, mas "alternativas" à exploração capitalista (20). O capital encontra sua oposição fora de si mesmo, na queles que o contestam não só por idéias, por um projeto de nova organização social, mas sobretudo pela sua própria existência econômica. O posseiro não existe simplesmente, ele resiste e a materialização desta resistência é como uma imagem do futuro, da redenção de todos os homens.

A negação da sociedade capitalista não se encontra fundamentalmente no trabalho assalariado e na socialização da produção que ele virtualmente incorpora, mas na terra de trabalho: "Terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros nem para especular. Em nosso país, a concepção de terra de trabalho aparece fortemente no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e no da posse. Essas formas de propriedade, alternativas à exploração capitalista, abrem claramente um amplo caminho, que viabiliza o trabalho comunitário, até em áreas extensas e a utilização de uma tecnologia adequada, tornando dispensável a exploração do trabalho alheio" (21).

A idéia "populista" de que a luta dos posseiros traz embutida em si formas econômicas alternativas a pro

dução capitalista resulta da fusão entre a doutrina da esquerda cristã e a resistência real que os posseiros opõem à violência da grilagem sobretudo nas áreas de expansão da fronteira agrícola. Mais uma vez aqui, não se trata de um ponto de vista espontâneo que a Igreja simplesmente traduz, mas de uma concepção e laborada pela própria Igreja. E por que esta supervalorização destas lutas e das formas econômicas que elas representam? Por que não se fala em propriedade cooperativa ou propriedade estatal, por exemplo que, afinal, são historicamente, em vários países, as que predominaram na construção de sociedades onde não há a exploração do trabalho alheio?

A resposta a esta questão encontra-se na própria lógica, na maneira de pensar os problemas sociais que caracteriza o "populismo": da mesma forma que se supervaloriza a consciência imediata como sendo uma consciência revolucionária, da mesma forma que as concepções que nascem dos intelectuais cristãos aparecem-lhes como sendo geradas pelo próprio povo, as formas econômicas onde se materializa a resistência do posseiro contra o capital tornam-se a base de um grande projeto de transformação social. Estas formas econômicas são reificadas em função de sua "pureza", por não terem se deixado contaminar pela "penetração" do capitalismo. Elas não vêm de fora, mas nascem espontaneamente das lutas do próprio povo. Não é o intelectual que no seu gabinete elabora o que será a sociedade futura, mas o próprio povo, através do ato elementar de lutar para sobreviver. O trabalho assalariado não pode ser objeto da mesma reificação porque ele não aparece sob formas econômicas diferentes, nas quais se possa incorporar a resistência ao capital. A redenção do trabalhador assalariado não está na sua existência econômica presente, mas no contrário desta existência, em sua apropriação coletiva dos meios de produção. Não se trata apenas de projetar o presente no futuro, mas de e laborar o que ainda não existe: o socialismo científico não nasce espontaneamente das lutas operárias. O

que é imediato, espontâneo nas lutas dos assalariados, não forma a base econômica sobre a qual se pode erguer um projeto de sociedade. A luta dos posseiros e as formas econômicas nas quais se traduz têm a virtude de fornecer os elementos para o desenvolvimento desta ilusão. Mas é a lógica espontaneísta do populismo que faz do campesinato a base social motriz do processo revolucionário no campo.

O princípio do diálogo é a diferença e portanto a crítica. Criticar, não significa simplesmente negar o que o outro afirma, mas, sobretudo, compreender os fundamentos, a lógica interna em que se apóia a sua afirmação. Sem esta tentativa permanente, a saudável luta no campo das idéias degenera fatalmente para o terreno pantanoso das pichações. Infelizmente, nos últimos anos, muitos têm sido os que (tanto entre marxistas, quanto entre cristãos) abrigam-se sob os seus próprios preconceitos e do alto de sua torre de marfim pontificam: quem não pensa como eu, não existe.

Da mesma forma que o marxismo, o cristianismo de esquerda encontra-se atravessado hoje por inúmeras correntes, das mais abertas às mais sectárias. É possível que, no caso da esquerda cristã, muitos estejam conscientes dos perigos representados pelo populismo e pelo espontaneísmo. Mas isso, só o diálogo franco e fraternal poderá mostrar.

#### NOTAS:

- 1) Igreja e Problemas da Terra - Documento aprovado pela 18ª. Assembleia da CNBB - Itaiç, 14/2/1980 - § 66.
- 2) Leonardo e Clodovis Boff - Da Libertação - O Teólogo das Libertações Socio-Históricas - Vozes, Rio, 1979, p. 17.
- 3) Idem, p. 19.
- 4) Antônio Gramsci - "Alguns Temas da Questão Meridional" (1926) - Revista Temas, volume 1, 1977, p. 35.

- 5) Antônio Gramsci - Introdução ao Estudo da Filosofia e do Materialismo Histórico - Cadernos do Cárce re, in Gramsci dans le Texte, Editions Sociales, Paris, 1977, p. 141.
- 6) Pe. Edênio Valle, S.V.D. - Religiosidade Popular: Evangelização e Vida Religiosa, coedição Vozes e Conferência dos Religiosos do Brasil, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1976 p. 25.
- 7) Eduardo Hoornaert - "Comunidades de Base: Dez anos de experiência" in SEDOC, Comunidades Eclesiais de Base. Estudo dos Peritos. Encontro de João Pessoa/2 - Volume 11, 118/jan. fev. 1979. p. 719.
- 8) Leonardo Boff, "III Encontro Intereclesial de Comunidades de Base em João Pessoa in SEDOC, op.cit., p. 707.
- 9) Idem., p. 707
- 10) Frei Betto - "A Educação nas Classes Populares", in SEDOC, op.cit., p. 787.
- 11) Idem, p. 788
- 12) Idem, p. 796
- 13) Frei Betto - op. cit., p. 787
- 14) Leonardo Boff - op. cit.p.707
- 15) Clodovis Boff - op. cit.p.800 e 802
- 16) Eduardo Hoornaert - op. cit.p. 722
- 17) Eduardo Hoornaert, op. cit. p. 722
- 18) Igreja e Problemas da Terra op. cit. § 5
- 19) Otávio Guilherme Velho - "A Propósito de Terra e Igreja" - Encontros com Civilização Brasileira nº 22, abril de 1980.
- 20) "Igreja e Problemas da Terra op. cit. § 85.
- 21) Idem.

# Nicarágua:

## 'En cada rincón liberado un nica alfabetizado'

No dia 23 de agosto de 1980 a Nicarágua viveu um dia de festa. Dava-se por encerrada a Cruzada Nacional de Alfabetização que reduziu o analfabetismo de 50% para cerca de 12% da população maior de 10 anos.

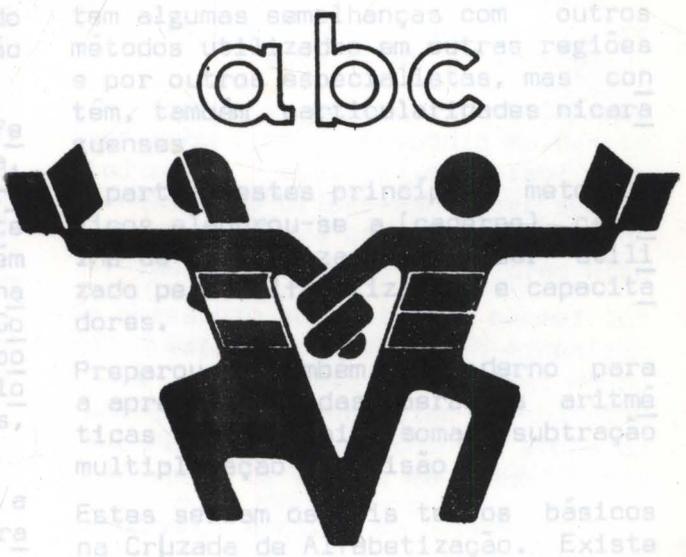
Uma experiência tão rica não pode ser resumida em um único e curto artigo. Toda via optamos pela divulgação de algumas informações sobre sua preparação, método, organização etc. É o início pelo menos, da divulgação do que foi a experiência de luta de todo um povo contra as heranças deixadas pela ditadura somozista e pelo imperialismo norte-americano.

Esse fato traz à tona questões teóricas e políticas sobre a concepção do que vem a ser um método de educação popular.

Até que ponto é viável um programa de educação popular que não expresse uma ideologia da qual é veículo?

Até que ponto é viável um programa de educação popular que não faça parte de um programa político mais amplo?

A experiência nicaraguense mostra que desde os anos 60 já havia uma discussão e elaboração de um projeto de educação popular no programa da Frente Sandinista de Libertação Nacional.



5) O mestre Paulo Freire, criticado por muitos por causa da sua visão denominada de "culturalista" (\*), tem dado contribuições concretas a países que estão promovendo transformações estruturais. Se o professor Paulo Freire não tem um projeto político próprio, pelo menos tem colocado seu saber a serviço de quem tem, seja na África ou América Latina.

Portanto, a divulgação de alguns fragmentos da experiência revolucionária na Nicarágua, tem o objetivo de trazer elementos mais concretos para a discussão da questão política da educação popular.

Esse artigo é o resumo de traduções de suas revistas: Encuentro 16, com o título "En cada Rincón Liberado un nica Alfabetizado", que é uma publicação da Universidad Centroamericana da Nicarágua; e Patria Libre, órgão oficial do Ministério do Interior da Nicarágua.

Base de João Pessoa/2 - Volume 11.118/Jan. fev. 1979. p. 719.

8) Leonardo Boff, "III Encontro Interclassial de Comunidades da Base em João Pessoa in SEDOC, op.cit., p. 707.

9) Idem., p. 707

10) Eraldo Batto - "A Educação nas Classes Populares", in SEDOC, op.cit., p. 787.

18) Otávio Guilherme Velho - "A ... posição de Terra e Igreja" ... contra a Civilização Brasileira nº 22, abril de 1980.

Paulo de Tarso Venceslau  
equipe FASE/São Paulo

21) ... de festa, dava-se por encer-  
rada a Cruzada Nacional de  
Alfabetização que reduziu o  
analfabetismo de 50% para  
cerca de 12% da população  
maior de 10 anos.

Uma experiência tão rica  
não pode ser resumida em um  
único e curto artigo. Toda  
visão optamos pela divulgação  
de algumas informações ao  
pre sua preparação, método,  
organização etc. É o início  
peço menos da divulgação do  
que foi a experiência de lu-  
ta de todo um povo contra  
as heranças deixadas pela  
ditadura somocista e pelo  
imperialismo norte-ameri-  
cano.

Essa fato traz à tona duas  
tões teóricas e políticas  
sobre a concepção do que  
vem a ser um método de edu-

(\*) Culturalista: Era a denominação que se dava aos grupos que partiam do nível cultural de uma nação para analisar os problemas da sociedade capitalista. Em muitos casos, por exemplo, as contradições, a nível cultural, eram o instrumento básico empregado para se analisar a realidade social como um todo.

A experiência nicaraguense mostra que desde os anos 60 já havia uma discussão e elaboração de um projeto de educação popular no programa da Frente Sandinista de Libertação Nacional.



O planejamento da Cruzada Nacional de Alfabetização (CNA), na Nicarágua, começou 15 dias depois da vitória da revolução sandinista. Anteriormente, já existia uma equipe de trabalho da Frente Sandinista da Libertação Nacional (FSLN) que elaborara um anteprojeto que serviu de ponto de partida.

A Coordenação Nacional preocupou-se, inicialmente, em estudar as experiências de alfabetização de países como Cuba, Moçambique, Guiné-Bissau e outros, e também consultar especialistas como Paulo Freire, alguns assessores da UNESCO, OEA, etc.

Foram extraídos desses estudos os elementos que respondiam às necessidades concretas e à realidade da Nicarágua.

## O MÉTODO

Foram escolhidos, como primeiro passo, temas contidos no Caderno de Alfabetização, ligados com o processo revolucionário e com os pontos do Programa de Governo de Reconstrução Nacional.

O primeiro tema, por exemplo, refere-se ao maior herói da Nicarágua, Augusto Cesar Sandino; o segundo trata do fundador da FSLN e Comandante da Revolução, Carlos Fonseca. Além desses temas, havia outros relacionados com os pontos do Programa de Governo tais como habitação, saúde, política internacional, outros relacionados com as organizações populares, etc.

Selecionados os temas, promoveu-se a escolha de uma imagem, uma fotografia para cada um deles que expressassem visualmente alguns elementos fundamentais do tema. Essa imagem, no momento da alfabetização, ajuda a criar o que, no método Paulo Freire, se chama "a etapa psico-social".

O agente ou capacitador apresenta a imagem do grupo de alfabetizandos e promove um diálogo em torno do tema sugerido pela imagem. É um momento de forte conteúdo político não só pelo que se fala mas pelo fato de dar a palavra às massas populares, e par-

ticularmente aos trabalhadores do campo. Esse método permite recuperar a tradição oral de nosso povo, reafirma seu valor e dá a palavra ao povo para que, em grupos, expresse sua leitura da realidade e reflita sobre seu processo de libertação.

Foram muitos que, pela primeira vez provavelmente, puderam expressar em público sua visão pessoal da realidade de nicaraguense.

O segundo passo é a síntese de onde se extrai uma frase cujo conteúdo revele algum dos elementos fundamentais contidos no tema. O 1º tema, por exemplo, se relaciona com Augusto C. Sandino e daí se retira a frase "Sandino Guia da Revolução". Esta frase, além de relacionar-se com os pontos essenciais do tema, possibilita que, de forma analítica, sejam retirados os elementos básicos para a aprendizagem. A palavra "la Revolucion", por exemplo, contém as cinco vogais utilizadas na primeira lição.

O terceiro, como pode ser observado, tem algumas semelhanças com outros métodos utilizados em outras regiões e por outros especialistas, mas contém, também, particularidades nicaraguenses.

A partir destes princípios metodológicos elaborou-se a (caderno) cartilha de alfabetização para ser utilizado pelos alfabetizandos e capacitadores.

Preparou-se também, um caderno para a aprendizagem das operações aritméticas fundamentais: soma, subtração multiplicação e divisão.

Estes seriam os dois textos básicos na Cruzada de Alfabetização. Existe também um Manual ou Guia para o Alfabetizador e um Manual do Brigadista nos quais, além das explicações metodológicas adequadas para realizar a tarefa de Alfabetização, acrescentaram-se algumas orientações pedagógicas, organizativas e políticas.

## O CENSO

A organização e a realização do Censo Nacional de Alfabetização, iniciou-se ao mesmo tempo em que se de-

finia o método e se elaborava o conteúdo programático da alfabetização. O objetivo era o levantamento de toda a população maior de 10 anos para descobrir ou detectar os seguintes dados: quem sabe ler e escrever e quem não sabe; como se chama, onde vive, qual a profissão ou ocupação, qual a disponibilidade para aprender ou para ensinar. Detectava-se, também, a disponibilidade de locais e alguns outros elementos.

A estratégia utilizada para viabilizar o censo foi a convocação das massas populares, confiando a suas organizações a responsabilidade de tarefa, conseguindo com isto executar o censo por um custo muito baixo em tempo e dinheiro. A parte técnica foi realizada pelo Instituto Nacional de Estatística e Censo da Nicarágua (INEC), mas os pesquisadores saíram das organizações populares de massa.

Depois de uma breve mas intensa preparação, foram distribuídos por todo o país, concluindo em menos de duas semanas a classificação de toda a população maior de 10 anos.

Completado o trabalho de campo, pensou-se em processá-lo em computadores, idéia que foi logo descartada porque seria necessário utilizar todos os computadores existentes no país pelo prazo de duas semanas.

Foi tomada a decisão de processar manualmente os dados recolhidos. Em pouco tempo foram preparados 2.500 voluntários para tabular e codificar os dados do censo, conseguindo realizar a tarefa em apenas 10 dias.

O planejamento da Cruzada Nacional de Alfabetização selecionou os dados que interessavam para sua realização deixando para um momento posterior o processamento eletrônico de todos os dados recolhidos pelo censo.

Esses primeiros resultados revelaram: o número de pessoas que sabiam ler e escrever e o número de pessoas que não sabiam, distribuídas por idade e sexo, a nível nacional, regional e municipal.

Esses informes permitiram a preparação das Brigadas de Alfabetização e

conhecer a relação que existia entre alfabetizados e alfabetizandos potenciais.

O censo revelou, por exemplo: 50% de analfabetos na população maior de 10 anos; 21% dos analfabetos estavam na população compreendida entre 10 a 14 anos, situação agravada nas áreas rurais onde algumas regiões chegavam a apresentar taxas de analfabetismo entre 74 e 80%. Era uma prova muito concreta de educação somosista e um grito de alerta para o futuro da Revolução e da Educação no país.

Outro dado interessante era o fato de se poder contar, pelo menos potencialmente, com uma pessoa disponível para alfabetizar para cada 3 analfabetos. Era uma taxa média nacional que na verdade era mais grave no campo.

Politicamente, porém, é um dado muito interessante porque desde o lançamento do censo já havia uma enorme disponibilidade da população alfabetizadora para participar na Cruzada Nacional de Alfabetização. E muitas pessoas ainda não manifestaram sua disponibilidade para alfabetizar porque pensam erroneamente ser esta uma tarefa muito difícil e complicada.

Conhecida a distribuição territorial do analfabetismo, o país foi dividido em duas zonas: zona urbana e zona rural. A estrutura básica utilizada pela C.N.A. na zona urbana, foi a dos Comitês de Defesa Sandinista. Na zona rural foram utilizadas as estruturas do Ministério de Desenvolvimento Agropecuário (MIDA), Juventude Sandinista "19 de julho" (JS), Associação de Trabalhadores do Campo (ATC), Associação Nacional de Educadores Nicaraguenses (ANDEN), e as estruturas do Ministério de Educação (ME).

Esta divisão levou à formação de dois grandes grupos de alfabetizadores: Os Alfabetizadores Populares (AP), e o Exército Popular de Alfabetização (EPA).

Os Alfabetizadores Populares são voluntários que, em suas horas não produtivas, alfabetizam nas áreas urbanas: donas-de-casa, trabalhadores,

empregados do Estado e todos aqueles que querem alfabetizar mas não podem deslocar-se por tempo integral ao campo ou à montanha por vários meses.

O Exército Popular de Alfabetização é composto por alfabetizadores que podem dedicar-se integralmente e conseqüentemente deslocar-se pelo interior do país. O EPA é composto fundamentalmente por voluntários das escolas secundárias, universitárias e professores.

Participaram, também, alguns grupos organizados de alfabetizadores vindos de outros países que, simbolicamente, representam a solidariedade de todos os povos e governos amigos que apoiam a grande Cruzada Nacional de Alfabetização.

## A ORGANIZAÇÃO DO E.P.A.

A alfabetização nas zonas rurais do país foi garantida com a participação massiva dos jovens estudantes, professores, organizados no EPA, lembrando as tradições de luta do Exército Popular Sandinista. Este Exército de Libertação Cultural, utilizando caderno e lápis como armas, enfrentaram o analfabetismo, aniquilando-o praticamente.

O EPA organizou-se em Frentes, Brigadas, Colunas e Esquadras.

O país foi dividido, para os objetivos de alfabetização rural, em seis FRENTEs que levaram os mesmos nomes e a mesma localização geográfica que as gloriosas Frentes da Guerra de Libertação Nacional:

- Frente Ocidental "Rigoberto Lopez Pérez"
- Frente Oriental "Roberto Huember"
- Frente Nordeste "Pablo Ubeda"
- Frente Central "Camilo Ortega Saavedra"
- Frente Norte "Carlos Fonseca Amador"
- Frente Sul "Benjamin Zeledón"

As BRIGADAS eram constituídas por todos os alfabetizadores que ficavam

em um município, compreendida em algumas das diferentes Frentes, independentemente de quantidade de alfabetizadores.

O Estado Maior de uma Brigada é formado pelo responsável da Brigada, o seu representante imediato e os responsáveis pela colunas.

Para garantir o controle e permanente avaliação das Brigadas, os responsáveis dispunham de tempo integral nesta atividade e em permanente coordenação com a Comissão Municipal de Alfabetização.

As COLUNAS eram constituídas por cerca de 120 alfabetizadores divididos em quatro Esquadras. A área de atuação das Colunas coincidia, na medida do possível, com a de uma comarca rural.

O Estado Maior de uma Coluna era formado pelo responsável direto, seu substituto (segundo comando) e os responsáveis das Esquadras.

As ESQUADRAS eram compostas por aproximadamente 30 alfabetizadores e tinham as seguintes características:

- Os responsáveis não tinham outras responsabilidades em Brigadas ou Colunas;
- Cada Esquadra possuía de 1 a 3 auxiliares técnicos (professor), para assessorar pedagogicamente os alfabetizadores;
- Os componentes pertenciam, em geral, a uma mesma escola ou faculdade, eram do mesmo sexo e grupo de idade, o que facilitava sua organização e também sua localização em função das dificuldades das zonas e localidades.

## A CAPACITAÇÃO DOS ALFABETIZADORES

Para poder garantir a capacitação de cerca de 180.000 alfabetizadores utilizou-se um processo multiplicador na capacitação.

A primeira etapa foi a preparação de uma equipe de 80 capacitadores (futuros treinadores de alfabetizadores), em um treinamento de 15 dias. Esse primeiro grupo passa por experiência de campo para comprovar a eficácia

da preparação. Em uma segunda etapa, estes 80 capacitadores assumem o treinamento de outros 560 que passam depois de 7.000.

Este grupo de aproximadamente 8.000 capacitadores é o responsável pela preparação de 180.000 alfabetizadores, a nível departamental e municipal, em treinamentos de 10 dias de duração nos primeiros dias de março de 1980.

Os capacitadores são escolhidos entre professores, estudantes e membros de organizações de massa mais

capazes do ponto de vista técnico, pedagógico e político-organizativo.

São utilizados todos os meios de comunicação (jornais, TV, rádios, etc.) durante o período de capacitação.

A consciência revolucionária dos brigadistas e alfabetizadores populares, expressa no juramento do alfabetizador, sua entrega sem limites demonstrada durante a tarefa do censo, são a garantia do triunfo total sobre o analfabetismo e a mais bela homenagem à memória dos mártires e heróis da Revolução Popular Sandinista.

As BRIGADAS são constituídas por grupos de alfabetizadores que trabalham em áreas de alta densidade populacional, com o objetivo de alcançar a alfabetização de todos os habitantes do campo.

### A ORGANIZAÇÃO DO E-P-A.

A alfabetização nas zonas rurais do país foi realizada com a participação massiva dos jovens estudantes, professores, organizados no E-P-A, lembrando as tradições de luta do Exército Popular Sandinista. Este é o método de Libertação Cultural, utilizando o diálogo e a língua materna, praticando o ensino coletivo e a participação ativa dos alunos. O E-P-A organizou-se em frentes, Brigadas, Colunas e Esquadrões.

O país foi dividido para o trabalho de alfabetização rural em áreas chamadas frentes, com os seguintes nomes: a) frentes de alfabetização geográfica, que são as frentes de alfabetização geográfica, b) frentes de alfabetização geográfica, c) frentes de alfabetização geográfica, d) frentes de alfabetização geográfica, e) frentes de alfabetização geográfica, f) frentes de alfabetização geográfica, g) frentes de alfabetização geográfica, h) frentes de alfabetização geográfica, i) frentes de alfabetização geográfica, j) frentes de alfabetização geográfica, k) frentes de alfabetização geográfica, l) frentes de alfabetização geográfica, m) frentes de alfabetização geográfica, n) frentes de alfabetização geográfica, o) frentes de alfabetização geográfica, p) frentes de alfabetização geográfica, q) frentes de alfabetização geográfica, r) frentes de alfabetização geográfica, s) frentes de alfabetização geográfica, t) frentes de alfabetização geográfica, u) frentes de alfabetização geográfica, v) frentes de alfabetização geográfica, w) frentes de alfabetização geográfica, x) frentes de alfabetização geográfica, y) frentes de alfabetização geográfica, z) frentes de alfabetização geográfica.

### A CAPACITAÇÃO DOS ALFABETIZADORES

Para poder garantir a capacitação de cerca de 180.000 alfabetizadores utilizou-se um processo multiplicador na capacitação. A primeira etapa foi a preparação de uma equipe de 80 alfabetizadores, os treinadores de alfabetizadores, em um treinamento de 15 dias. Este primeiro grupo passou por experiências de campo para desenvolver a técnica

## COMUNICADO DE GUERRA DA CRUZADA

No dia 23 de agosto de 1980, o padre Fernando Cardenal, leu diante de centenas de milhares de pessoas um histórico Comunicado de Guerra, declarando a Nicarágua Território Livre do Analfabetismo. Eis o texto:

De: O Estado Maior Nacional da Cruzada Nacional de Alfabetização

Para: À direção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional;

À Junta de Governo de Reconstrução Nacional

Ao Nosso heróico povo

e ao mundo

O Estado Maior Nacional de Cruzada Nacional de Alfabetização "Heróis e Mártires pela Libertação da Nicarágua", informa:

- 1º - Que cumprindo instruções, no dia 23 de março de 1980, foi dada a ordem de abrir fogo contra os séculos de ignorância e humilhação, herança nefasta da ditadura somosista.
- 2º - Que as tropas nesta nova guerra de libertação estavam integradas por nosso glorioso Exército Popular de Alfabetização, EPA, os abnegados Guerrilheiros Urbanos de Alfabetização, GUA, as Milícias Operárias de Alfabetização, MADA; as Milícias de Alfabetização Camponesa, MAC, as Brigadas Rubronegras de ANDEN; além das Brigadas de Saúde, de Cultura, de Resgate Histórico, que somam um total de 95.582 combatentes.
- 3º - Que em todo o momento contamos com o respaldo ativo e abnegado do povo nicaraguense através de suas organizações de massas, ATC, CST, CDS, AMNACAE e muito em especial, ANDEN e a Juventude Sandinista 19 de julho. Sem todas elas, a vitória não teria sido possível.
- 4º - Que como toda causa justa e revolucionária, despertou o entusiasmo e a solidariedade internacional, desde a UNESCO até estudantes e professores de dezenas de países da América, Europa e Ásia, que vieram dar sua incalculável ajuda à Revolução nicaraguense.
- 5º - Que a organização e sustentação da logística de um exército no campo de 59.123 pessoas na difícil geografia de nossa Pátria, não tem precedente na região e há menos de um ano da vitória é um exemplo do potencial do nosso heróico povo. O custo deste esforço é de 120 milhões de córdobas, e muitos milhões mais que não podem ser contabilizados que foram completados pela ajuda direta e material de inúmeras organizações sociais e religiosas, empresas e instituições do Estado, pais de família, etc.
- 6º - Que, enquanto as cifras oficiais fornecidas pelos somosismo indicavam 42% de analfabetos, no censo realizado, pudemos comprovar que o analfabetismo em nosso país era de 50,35%.
- 7º - Que nestes 5 meses de guerra popular contra o analfabetismo nossas heróicas tropas alfabetizadoras sofreram 56 baixas: 41 por acidentes, 8 por morte natural e 7 assassinados por inimigos ferozes do povo nicaraguense. Estas valiosas vidas, entregues na mais linda das batalhas, é a mostra mais destacada do heroísmo de que são capazes nosso povo e

sua juventude. Seja este ato a maior homenagem que podemos render aos heróis e mártires da Cruzada Nacional de Alfabetização.

8º - Que o mesmo tempo que se combatia sem descanso para aniquilar a ignorância, desenvolviam-se outras tarefas em benefício da comunidade tais como construção de parques, escolas, poços, sanitários, caminhos, pontes, etc., além da participação em trabalhos agropecuários especialmente no plantio e colheita de grãos básicos.

9º - Que depois de 5 meses de árdua luta nos campos, montanhas e cidades conseguimos ensinar a ler e escrever 406.056 nicaraguenses, reduzindo a taxa de analfabetismo, de 50,35% para 12,90% da população maior de 10 anos. Além disso, estão terminando o processo de alfabetização mais 42.639 companheiros.

10 - Que no dia 30 de setembro, se inicia a alfabetização em linguas de 60 mil nicaraguenses na Costa Atlântica.

11 - Que hoje, 23 de agosto de 1980, podemos afirmar com segurança e orgulho que a tarefa que nos foi designada desde os primeiros dias, foi culminada. E em nome dos combatentes da Alfabetização, nos dirigimos à Direção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional, à Junta de Governo, ao Povo da Nicarágua e ao mundo: Tarefa cumprida! Quais são as próximas tarefas?

Apresentam este informe e pedem permissão para içar a bandeira vitoriosa, Carlos Canión Cruz, delegado da Direção Nacional da FSLN para a Cruzada Nacional de Alfabetização; Douglas Guerrero Castellón, Assistente do Coordenador Nacional da CNA; Carlos Tuerman Berhein, Ministro da Educação.

Manágua, Nicarágua, Livre,  
23 de agosto de 1980.

# Tauá: a conquista de um sindicato

---

Maria Gloria J. W. Ochoa e Inocêncio Rodrigues Uchôa da equipe FASE/Fortaleza.

---

"Existe mal que acaba sendo um bem pra nós. Isso a gente aprendeu quando 'eles' anularam a eleição do sindicato. Quiseram acabar com o nosso movimento, mas é a gente quem está acabando com 'eles'. Assim também, agora, com a morte do menino, o companheiro Nenen. Mas nós vamos conquistar a Justiça."

No município de Tauá, região do Iphamuns, Estado do Ceará, vive-se atualmente num clima de grande efervescência popular, que tem seu centro na atuação decidida e corajosa da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), largamente apoiada pelas respectivas bases, e que teve pública expressão, na massiva "caminhada" convocada por essa entidade de classe e realizada no último dia 28 de janeiro. Essa "caminhada", no dizer dos dirigentes sindicais, deveria servir como denúncia e repúdio à falta de justiça que campeia livremente no município, e que tem seu alvo principal na sofrida classe dos trabalhadores rurais.

A intensa atividade da diretoria do STR na defesa dos direitos de seus associados e demais trabalhadores rurais do município, bem como a sua profunda preocupação com "justiça/injustiça" não é um fato recente. Ao contrário, forma parte de um processo demorado, no qual as últimas eleições sindicais são parte demasiada-

mente importante.

Na citação inicial, nota-se que esse processo deixou, para os trabalhadores rurais, profundos ensinamentos, inclusive que defrontar-se com a justiça - quer seja agrária ou sindical - se constitui para o trabalhador numa escolha avançada, através da qual cresce o seu nível de consciência, eleva-se a sua combatividade, e aperfeiçoa-se as suas formas organizativas.

## A PRIMEIRA ELEIÇÃO - O SINDICATO É DOS TRABALHADORES

O edital de convocação para as eleições sindicais era esperado por um grande e forte grupo de trabalhadores, articulados na CPT local, com grande interesse. Eram trabalhadores que já participavam das assembléias gerais de seu sindicato, como igualmente das reuniões de suas respectivas delegacias, e que em fins de 1978 haviam realizado uma grande movimentação para exigir a prestação de contas da diretoria em exercício.

Publicado o edital, a primeira batalha a ser enfrentada foi o cumprimento estrito de toda a legislação referente ao registro de chapas. Desnecessário para quem conhece o meio rural nordestino e o cearense em particular, pormenorizar em cima do que significa para um trabalhador rural

estar de posse, ao mesmo tempo, de: carteira de identidade, CPF, carteira profissional, carteira do sindicato, certidão de casamento (arbitrariamente exigida), imposto sindical em dia, atestado de bons antecedentes (que na época era documento exigido), etc.

Alguns critérios de escolha dos que iriam concorrer pela chapa - firmeza na luta e liderança real nas suas respectivas localidades - por falta de recursos, ou demora na tramitação para a obtenção da documentação exigida - foram abandonados, e os companheiros inicialmente escolhidos, substituídos por outros dois que estavam com sua documentação pronta. Fato esse que depois a prática veio confirmar, não deveria ter acontecido, pois os dois "enxertados" demonstraram logo em seguida não estar à altura das responsabilidades e tarefas que o processo ia deles exigir.

O registro das chapas (três), permitiu definir melhor o terreno em que a luta iria ser travada: a chapa 1 representava claramente o interesse de uma facção da ARENA local, liderada por um deputado estadual; a chapa 2 representava os interesses da outra facção da ARENA liderada pelo prefeito municipal. A chapa 3, a Chapa dos Trabalhadores, como ficou rapidamente conhecida, era na verdade, a única cujo programa defendia os interesses exclusivos dos trabalhadores. No calor da luta, era apelidada de "Chapa da Igreja", tendo em vista que nasceu nas discussões dos trabalhadores em suas CPTs.

Na discussão da Chapa dos Trabalhadores, procura-se localizar os "inimigos" que seriam imediatamente combatidos: em primeiro lugar, os políticos locais, isto é, a ação dos políticos locais, com toda a sua tradição de "cabresto", "favores", dinheiro à vontade para o pagamento de mensalidades em atraso, compra de votos, etc. Depois os grandes e médios proprietários, aliados naturais dos primeiros; o medo e a sujeição dos trabalhadores; a sua falta de união; a organização ainda fraca dos traba-

lhadores. Aparece, também, com forte ênfase, o atrelamento do sindicato ao Ministério do Trabalho, sendo sua expressão concreta no momento, a legislação eleitoral sindical com sua seqüela de burocracia, e a "mão branca" da Delegacia Regional do Trabalho.

A seu favor, os trabalhadores contam com um grupo relativamente grande de companheiros - setenta aproximadamente - decididos a tirar o sindicato das mãos dos políticos locais e fazer dele um instrumento eficaz para a defesa dos seus direitos. A palavra de ordem é "esclarecer os companheiros, acordar os trabalhadores, abrir os olhos dos que ainda estão cegos". E para isso, não se medem esforços: longas caminhadas, reuniões, bate-papos na beira das estradas, tudo se transforma em boa ocasião para mostrar o sentido e a importância das eleições sindicais, já próximas.

Do ponto de vista da eleição propriamente dita, tomam-se todas as providências para que tudo saia a contento: verifica-se quais os eleitores constantes das diversas relações de votantes, e quais os distritos envolvidos por cada urna; determinar quais os companheiros que funcionarão como fiscais, e junto a quais mesas, e, ainda, como cada qual deverá comportar-se; quais os seus direitos como fiscal eleitoral; a responsabilidade pelo acompanhamento da urna até a sede do sindicato, para evitar fraudes costumeiras, etc. O mesmo ocorre em relação à mesa apuradora, de modo a que nada ficasse sem a devida atenção.

No tocante à relação de eleitores, verifica-se que o total (de eleitores) é bastante inferior ao número provável de associados em condições de votar. Mas o grupo achou que isso não iria causar prejuízos, ao contrário, que favoreceria na obtenção do "quorum" de 2/3 exigidos em primeira convocação. Aliás, o que mostrou-se errado, pois o excesso de votos além do previsto foi posteriormente alegado pelo Delegado Regional do Trabalho como uma das "irregularidades" mo-

tivadoras da anulação da eleição. Realizadas as eleições, um jornal da capital sobre elas assim se refere, em 14.10.79:

"ABERTURA NA ELEIÇÃO SINDICAL"  
(Jornal o Povo, outubro 18-1979)

"Poucas eleições sindicais na história de Tauá despertaram tanta atenção, como a promovida no último domingo para renovar a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O pleito movimentou de tal ordem a população local, que até parecia que ali estávamos em plena eleição para a prefeitura da cidade.

As duas facções locais da ARENA participaram bem como outros segmentos da comunidade e a própria Igreja que, aliás, foi quem levou a melhor, pois a chapa apoiada pelos padres e por Dom Fragoso saiu vitoriosa, com 835 votos, contra 805 dados aos candidatos apoiados pelo Deputado Júlio Rego, enquanto que a chapa identificada com o Deputado Antônio Câmara e o prefeito Sousa Bastos conseguiu apenas 337 votos.

Nenhuma das três chapas, contudo, conseguiu atingir a maioria absoluta."

A vitória é comemorada na sede e no interior do município, com grande alegria, até o momento em que chega um telegrama do Delegado Regional do Trabalho, comunicando a respectiva anulação. Era o dia 07.11.79, vinte dias após sua realização. Eis o texto do telegrama: "Eleição realizada nesse sindicato dia 14.10.79 foi anulada virtude irregularidades constatadas apuração referido pleito e inobservância normas legais atinentes relação eleitores".

Configura-se, assim, um novo passo na compreensão dos trabalhadores, do papel das leis, e de como elas podem servir de instrumento em favor de quem está no poder, compreensão essa que os cabeças da chapa 3 e mais 100 trabalhadores expressam claramente em "carta aberta aos brasileiros" de 15.11.79. Naquele dia, observava o documento, cumpriram-se as dis-

posições legais dos arts. 22 a 25 da portaria 3437/74 (regula as eleições sindicais), tendo sido logo apuradas as urnas pelo presidente designado pelo Ministério Público do Trabalho na forma da lei, e de mais três membros pelo mesmo escolhidos, todas as pessoas com experiências e conhecimento de processos eleitorais. A apuração constatou ter a chapa 3 obtido 835 votos, contra 805 dados à chapa 1 e 337 dados à chapa 2, tendo, ao final, o presidente da mesa apuradora declarado eleitos os membros da chapa nº 3.

No mesmo documento, os trabalhadores levantam outros cinco questionamentos, são os seguintes:

- Por que razão a Mesa apuradora não afirmou logo que havia dúvidas quanto ao estabelecimento do "quorum", para que pudesse ser realizada logo a segunda eleição, já marcada para os próximos dias. Eleição que a chapa 3 teria vencido com facilidade, e para a qual o "quorum" seria de maioria simples?
- Por que o telegrama de anulação somente foi expedido 20 dias após a apuração e proclamação dos eleitos? A essas alturas, já não haveria o prazo legal para a eleição em segundo escrutínio.
- Por que não se aplicou o princípio expresso pelo art. 524, § 4, da CLT, que diz "em qualquer uma das hipóteses, se o presidente proclamar a chapa vencedora, esta será empossada automaticamente na data do término do mandato, não tendo efeito suspensivo os protestos e reclamações"?
- Por que a eleição foi anulada, se não houve protestos nem reclamações de ninguém?
- Por que quando os trabalhadores ganham à custa de tantos esforços, perdem para as leis?

As perguntas dos trabalhadores, embora tenham sido encaminhadas à DRT não mereceram qualquer esclarecimento, porém, na imprensa local foram reproduzidas declarações do Sr. Ademar Neiva de Sousa, Delegado do Trabalho, que ao Jornal "O Povo" declarou:

rou: "Antes de criticar e fazer baderna contra nossa decisão, os encarregadores do manifesto deveriam tomar conhecimento da lei. A maioria para eleger a chapa 1 seria de 1.018 votos, e foram apurados apenas 835. Quando a lei beneficia o trabalhador, eles sabem entender. No entanto, quando vai contra os seus interesses, fazem questão de não entenderem a lei".

Fica claro que as mencionadas "irregularidades" e "inobservâncias" de que falara o telegrama são, na verdade, o fato da chapa 3 não ter obtido a maioria absoluta dos votos apurados.

Em outra declaração à imprensa, o delegado explicita a sua interpretação da lei: "Alegou-se, ainda, que a DRT deveria ter declarado, de imediato, a nulidade, para que no prazo do edital, fosse realizada nova eleição. Aí repousa outro erro grosseiro, pois só se fará segunda ou terceira eleição, quando não houver "quorum", o que, evidentemente, não é o caso. Na verdade, a chapa é que não atingiu a maioria absoluta, determinando, com isso a nulidade do ato que a declarou eleita". Não obstante num ofício circular da DRT-CE, verifica-se, no seu item 8: "Se não for alcançado o quorum, ou mesmo que o tenha sido, se a chapa não obtiver maioria absoluta, o pleito será anulado, realizando-se a segunda convocação na data marcada pelo edital de convocação"; (o grifo é nosso). Trata-se exatamente da primeira pergunta levantada pelos componentes da chapa 3, cientes que estavam, da justiça de suas prestações, embora para a DRT trate-se de "um erro grosseiro", "baderna", etc.

A anulação da eleição e a não convocação de uma segunda votação nos termos da lei provocou a justa revolta dos trabalhadores roubados no seu direito de livre escolha de seus dirigentes. Duas alternativas foram, então, aventadas: entrar na Justiça com "mandado de segurança", ou enfrentar a nova eleição. A morosidade da Justiça, a incerteza quanto a justiça do julgamento (que a própria anulação veio aumentar), contribuíram para que a primeira alternativa fos-

se logo afastada e os trabalhadores se jogassem imediatamente na preparação do novo pleito. "Ganhar sem deixar brechas" foi a palavra de ordem que inspirou e estimulou a nova campanha.

## A SEGUNDA ELEIÇÃO

Em 07.12.79 toma posse a Junta Governativa, escolhida "para o fim específico de realizar as eleições" Portaria 3437, art. 5º, § 2º - seu primeiro ato é a eliminação de Manoel Marques da Costa, o cabeça da chapa 3, do quadro de associados do sindicato. Esse fato mereceu o repúdio até da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará - FETRAECE; que interviniu e invalidou o ato que, no entanto, mostra desde já, o nível de acirramento em que se dará a eleição que iria parar.

Para esta eleição, somente duas chapas pedem registro: As chapas 1 e 2 (apoiadas pelos políticos) se fundem numa só, recebendo o nº 1, enquanto que a chapa dos trabalhadores recebe o nº 2. Encabeça a chapa 1 Juvenal de Sousa Vale, ex-presidente do sindicato nos anos 69/73, líder comunitário na época, e que chegou a ser preso alguns dias por "subversão" mas que neste momento aceita representar os interesses dos grandes proprietários de terra e dos políticos governistas. Em sua carta programa ele lembra a sua prisão, os benefícios trazidos (por ele) ao município: o projeto de irrigação da Várzea do Boi (do DNOCS), a desapropriação de propriedades, feitas pelo INCRA, a aposentadoria com 65 anos de idade, as pensões para as viúvas, etc. E mesmo com essas pretensões, os setores representados pela chapa 1 tinham em Juvenal o melhor nome para enganar os trabalhadores, concorrendo com Manoel Marques, o líder da chapa 2.

Na chapa dos trabalhadores algumas modificações são introduzidas. Os companheiros que vão integrá-la são escolhidos visando atrair o conjunto dos trabalhadores, e superar alguns dos problemas detectados na primeira

eleição. Assim, a combatividade e firmeza na luta são critérios de que não se abre mão, mas ao mesmo tempo procura-se melhorar a representatividade dos distritos no conjunto da chapa. Também procura-se descaracterizar a chapa como sendo "chapa da Igreja", colocando-se entre seus membros um representante dos protestantes locais. E o que se viu foi que junto a antigos militantes da luta sindical, jovens associados passaram a integrar a chapa, e sua "corrente" de apoio.



O registro da chapa e sua posterior publicação encontram a chapa 2 preparada para enfrentar a ofensiva dos políticos, inclusive quanto à provável tentativa de eliminação de Manoel Marques do quadro de associados, o primeiro passo da Junta. Desta vez trata-se de contestar o pedido de impugnação de sua candidatura e de requerer, como contrapartida, a impugnação de quatro componentes da chapa 1, por diversos motivos, inclusive corrupção administrativa e peculato.

Vários obstáculos foram, então, colocados pela Junta, entre eles a tentativa de não entregar ao impugnado as razões de sua impugnação, e com isso deixar esgotar o prazo de resposta sem que este tivesse condições de fazer a contestação, dado ao desconhecimento dos motivos. A entrega de tais motivos somente foi conseguida com a interferência pessoal do advogado da equipe FASE, que a partir daí passou a dar assessoria à chapa

oposicionista. Outro obstáculo foi a negativa de receber as contra-razões da impugnação de Manoel Marques, sob a alegação de estar fora de prazo de cinco dias previsto em lei (o vencimento do prazo dava-se na sexta-feira e a Junta alegava que tal prazo terminava na quarta-feira, entendendo, para tanto, que o início do prazo se dera no sábado, o que é um absurdo jurídico). Até mesmo a FETRAECE se viu obrigada a intervir com firmeza, no sentido de esclarecer a Junta sobre o assunto, eis que os prazos não têm início nem se findam em dias não úteis, e, ainda, que sua contagem inicia-se no dia seguinte ao do conhecimento, encerrando-se no dia aprazado, inclusive.

A palavra de ordem "ganhar sem deixar brechas", constituiu-se, assim, num grande desafio para os trabalhadores. Toda a legislação sobre eleições sindicais passou a ser lida e estudada atentamente, traduzida em datas, prazos e pré-requisitos a serem escrupulosamente conhecidos e seguidos. Mais ainda, procurou-se alargar o espaço, fazendo-se da luta, para que a direção do sindicato cumpra a lei, um avanço concreto na conquista dos direitos do trabalhador. Exemplo disso é o controle mais estrito ainda sobre a relação de votantes e a exigência de mais mesas coletoras.

Enquanto o pedido de impugnação de Manoel Marques carece de qualquer fundamentação séria, a defesa do mesmo, embora apoiando-se no texto da lei, desmascara também as condições estruturais que impedem ao trabalhador rural sem terra, de viver exclusivamente do trabalho agrícola, assim como as tentativas de envolver o vigário paroquial e o bispo diocesano como mentores intelectuais da luta sindical. Diz o impugnante que o impugnado "sempre foi contra as decisões do sindicato, isto é, da diretoria" e, mais adiante, que "tem gran

de contato com o bispo diocesano de "Crateús", e ainda, que "vem fazendo uma campanha diferente do movimento sindical, no sentido de iludir os trabalhadores para outra jornada e que nas suas campanhas ameaçava desligar o sindicato do MT e do governo federal". Ora, tratam-se de afirmativas ridículas, pois discor dar da diretoria do sindicato é uma prerrogativa de todo associado, nada havendo de ilegalidade.

Em sua defesa, Manoel Marques diz que "realmente o signatário, como de um modo geral todos os co-diocesanos ouvem e acatam os sermões de seu bispo, e isso vem justamente provar o respeito que devotam às autoridades competentes. As demais afirmações são flagrantemente infundadas e incompreensíveis, não acreditando o signatário que o bispo de Crateús queira iludir os trabalhadores ou que possam ambos (o bispo e o signatário) desligar o sindicato do Ministério do Trabalho e do governo federal. Nesse sentido requer desde já, de S.Excia., o Delegado Regional do Trabalho, que se digne de mandar cientificar dessas acusações a S.Excia. Redma. Dom Antônio Batista Fragoso, Bispo de Crateús".

O impugnante continua suas acusações a Manoel Marques afirmando que "na Assembléia Ordinária de 17.11.79 o Bispo de Crateús, o Delegado da FETRAECE em Crateús, o Sr. Manoel Marques e outros trabalhadores criaram problemas dentro do sindicato, com o objetivo de evitar a aprovação do orçamento para 1980", ao que em sua defesa Manoel Marques justifica afirmando que tudo se deveu a uma questão de ordem levantada versando sobre uma tentativa da diretoria de sonegar aos associados, as contas da mesma diretoria, ato criminoso que os associados desejavam ver apurado.

Outras acusações igualmente inofensivas foram feitas, todas elas rebatidas, algumas até com uma ponta de ironia, como foi o caso da acusação de Manoel Marques ser violeiro, ao que este retrocou alegando que realmente o era, e que até tinha a pretensão de acreditar que contribuía com sua arte para alegrar os cora

ções dos trabalhadores rurais que sempre o ouviam.

Enquanto isso, no terreno da conquista do apoio dos trabalhadores para a chapa 2, importantes passos organizativos são dados. No período de novembro a dezembro/79 o grupo de trabalhadores que ativamente apoiou a chapa 2 é acrescido com significativo número de companheiros revoltados com o "roubo" das eleições. Decide-se, então, responsabilizar os companheiros de maior destaque na luta, por determinadas regiões do município, priorizando aquelas em que a penetração da chapa 3 tinha sido mais débil.

Surgem, assim os chamados "vaqueiros", que eram homens e mulheres incansáveis na sua tarefa de levar a todos os recantos do município a plataforma de luta da chapa 2: por um sindicato livre de políticos e organizado a partir das bases; com assistência jurídica (até então inexistente) médica e odontológica para todos; pelo cumprimento dos aspectos positivos do Estatuto da Terra; e pela reforma agrária. Os "vaqueiros" são em cada região, a presença viva e atuante da chapa 2. Suas funções abrangem um amplo leque de atividades que inclui desde a verificação das contas de cada associado em relação ao STR, organização de "bingos", leilões e outras formas de arrecadação de fundos para ajudar os companheiros carentes de recursos para a atualização das mensalidades, até a solidariedade concreta do acompanhamento de alguns casos de violenta injustiça para os quais a Junta Governativa não dava a menor atenção. Eram atitudes cujo objetivo era mostrar aos trabalhadores a nova face que o seu órgão de classe iria assumir, caso fosse reconquistado e colocado a serviço dos trabalhadores.

Com relação à ampliação da campanha, esta se deu tanto em regiões mais fracas, no interior do município, como na própria sede, que passa a merecer atenção especial, até porque grande número de associados tem nela moradia nos meses de verão. Aí os "vaqueiros" passaram a desenvolver intenso trabalho nos bairros,

barzinhos, feiras, reuniões em casas de amigos e companheiros, de modo a que todos ficassem plenamente conscientes dos objetivos a serem alcançados.

No decorrer da campanha, dois panfletos são lançados pela chapa 2: o primeiro, logo após o registro e publicação, continha a denúncia do "roubo" da primeira eleição, o programa e o nome completo dos integrantes da chapa; o segundo, quase no fim do período eleitoral, noticiava o sucesso que a campanha estava adquirindo, e alertava os companheiros para a atualização das mensalidades até o dia 2.03.80, dez dias antes do pleito. Entendia-se que sendo a eleição no dia 30.03.80 o décimo dia anterior seria 20.03.80, o que veio a mostrar-se errado e com prejuízo para muitos eleitores que deixaram para atualizar suas mensalidades nesse dia, e terminaram sem poder votar, pois a DRT determinou fosse considerado o dia 19.03.80 como o décimo dia anterior.

Aproxima-se o pleito e a certeza da vitória entusiasma ainda mais o trabalho dos integrantes da chapa 2 e de seus "vaqueiros". No contato permanente com as bases, nas roças, estradas, visitas, reuniões, etc. eles conseguem levar à prática o esquema eleitoral esboçado no início da campanha: consolidar os votos certos, ganhar companheiros vacilantes, neutralizar a ação dispersiva dos companheiros ainda "encabrestados" pelos políticos locais. Cada vez setores mais amplos apoiam ostensivamente a chapa 2, e até mesmo uma canção foi inventada e tomou conta de todos: "Taf, eu dizia o sindicato vem af. Foi você, quem não quis acreditar. Venha ver, venha você o Sindicato organizar". Posteriormente introduz-se uma pequena modificação nessa letra, em seu final, que passou a ser "Venha ver, venha você o Sindicato libertar".

O voto na chapa 2 é, então, visto como o voto do trabalhador que, confiante em sua classe, rompe o cabresto dos patrões e políticos governistas, cabresto que lhe oprime e envergonha. Esse é o clima e o tom dos últi

mos dias que antecederam as importantes eleições sindicais do STR do município de Tauá, na seca região dos Inhamuns, Estado do Ceará.

Alguns retoques são dados, especialmente em relação à constituição das mesas coletoras e à preparação dos fiscais. Nesse sentido, conseguiu-se impor à Junta Governativa, a inclusão entre mesários e fiscais, de inúmeros dirigentes de outros sindicatos combativos ou de lideranças sindicais intermediárias de confiança, de modo que não se deixasse brechas para fraudes ou para outros vícios que pudessem vir causar a nulidade do pleito. Também é exigido da Junta, a relação dos votantes, e que o número de associados a serem encaminhados à DRT seja o real. Isto é, o tradicional costume de enviar uma relação de votantes bem inferior ao real, para garantir a obtenção do quorum logo na primeira eleição, é abandonado para evitar-se o desastroso resultado das eleições anteriores, quando esse foi justamente um dos motivos alegados para a anulação do pleito. Isto é, a exagerada diferença entre o número de eleitores comunicados e os efetivos votantes. À essas alturas a chapa 2 tem montado um verdadeiro "plantão" na sede do STR para verificar as relações dos votantes, verificar as desatualizações de mensalidades, etc.

Aguarda-se, por fim, a liberação, pela DRT, dos nomes dos candidatos em condições de votar, haja visto os pedidos de impugnações existentes de ambos os lados. Essa liberação é feita até cinco dias da eleição, e pela chapa 2 havia a perspectiva da não liberação de Manoel Marques, impugnado, e de Luís Gonçalves de Lima, agricultor do Projeto de Irrigação Várzea do Boi, do DNOCS, "suspenso" do projeto. Porém, às possíveis impugnações, os trabalhadores contrariavam a liderança dos demais companheiros de chapa, que nesse caso assumiriam a condução da mesma forma. Também seriam intentados os recursos judiciais necessários, embora desses pouca esperanças houvesse.

A DRT adotou o que seria mais lógico, isto é, a liberação de todos os

concorrentes, embora mais injusto, pois se de um lado uma não liberação dos candidatos da chapa 2 representasse um sério motivo para a revolta dos trabalhadores, do outro significou uma flagrante injustiça a liberação dos corruptos da chapa 1, alguns dos quais sequer haviam tido contas aprovadas na gestão anterior, o que pelo texto legal é impedimento absoluto para a participação em novo processo eleitoral. Os próprios candidatos o reconhecem em sua defesa junto à DRT: Disse o candidato a secretário (ex-presidente na gestão anterior): "Sou candidato por infelicidade, digo desta ex-diretoria de nossos trabalhadores rurais de Tauá. Temos um delegado na região de Crateús por ter suas malícias em prejudicar a pessoa de cada um administrador da ex-diretoria, porque não recebemos orientações do bispo de Crateús e nem dos padres. As contas não estão aprovadas, a culpa não é minha, é do delegado em Crateús"; (grifo nosso, em palavras textuais).

No dia 30 de março a cidade de Tauá apresentava um rosto diferente: grande animação e expectativa em todos. Todos a postos, desde a madrugada. Nas ruas centrais inúmeros grupos de trabalhadores e moradores dos bairros pobres tomam a cidade e comentam e especulam sobre o resultado das eleições. A chegada de mesários e fiscais "de fora" e seu rápido deslocamento aos locais de trabalho é acompanhado com interesse e curiosidade. Espera-se a chegada do representante da FETRAECE, que instruído especialmente pela CONTAG deverá acompanhar todo o processo de votação e apuração, a pedido da chapa 2. Também pela chapa 2, acompanha aativamente o setor jurídico da FASE Fortaleza, presença, aliás, absolutamente necessária, eis que desde cedo começam a surgir os problemas "preparados" pela Junta Governativa, pouco interessada no normal andamento do pleito.

A primeira surpresa de muitos foi não encontrar suas mesas, ou melhor, seus nomes relacionados nas mesas em que sempre haviam votado. O surpreendente volume de casos idênticos reve-

lou uma manobra imprevisível, isto é, a Junta havia misturado as mesas da sede e do interior. Assim, quem deveria votar na sede aparecia em listas do interior (e vice-versa) forçando, assim, a votação em separado, somente admitida ao final da eleição normal. O eleitor que não se deparava com esse problema tinha um outro à sua espera: "erro" no seu número de matrícula social, isto é, o número da carteira era ligeiramente trocado ao ser relacionado na relação de votantes. Nesse caso, não poderia votar, segundo a determinação dos presidentes das mesas coletoras, embora o número de matrícula não possa ser levado em conta como elemento de identificação do eleitor. Quem pagara a mensalidade no dia 20.03.80 também não encontrava seu nome na lista de votação, pois o último dia, segundo orientação posterior da DRT, teria sido o dia 19.03.80. Quem ficava para votar em separado entrava em fila especial e somente seria chamado no final da tarde, após a votação dos que estivessem relacionados. Nos locais de votação, dificultava-se violentamente o livre exercício das funções de fiscais. Infelizmente o representante da FETRAECE somente chegou no final da votação, cabendo aos cabeças da chapa 2 e ao advogado da FASE assumir com firmeza a garantia do direito de voto para todos os eleitores, assim como o direito de fiscalização aos fiscais designados, especialmente aqueles localizados nos distritos mais "quentes".

Porém, desde cedo o sentimento de derrota se espalhava pelos fiscais e integrantes da chapa 1. Poucos acreditavam na sua vitória. Desafios escutados no início da campanha agora não se ouvem mais. Ao contrário começam as primeiras apostas populares na eleição da chapa 2. Havia um sentimento generalizado de que estava-se conseguindo "virar" a face da moeda, de ter-se conseguido uma grande e valiosa vitória, o que posteriormente foi de fato confirmado.

Termina, então, a eleição e a apuração, e vieram os resultados tão almejados e festejados. O resultado final, na verdade, já não mais pagava

ninguém de surpresa, mas mesmo assim o entusiasmo foi grande: chapa 1 - 584 votos; chapa 2 - 1.139 votos. Isto é, uma diferença de 555 votos a favor da chapa 2. E a palavra de ordem de "ganhar sem deixar brechas" tinha sido executada.

A apuração mostrou com número a corção dos encaminhamentos dados a campanha: a chapa 2 ganhou em 12 das 16 urnas e sua maioria foi sempre folgada, exceto em duas localidades em que não foi possível romper o "cabresto" imposto pelos políticos governistas.

Em 01.04.80 a nova diretoria do STR de Tauá lança uma "Carta aos Brasileiros", onde em suas linhas mestras, deixa transparecer com serenidade a vitória conseguida após a

longa luta:

"Queremos, também, lembrar aos pobres brasileiros, que começamos esta luta em dezembro de 1978, lutando por um sindicato que seja dirigido por companheiros que sofrem os problemas de sua classe. Como foi feita esta campanha? Os trabalhadores tomaram conta da campanha, esclarecendo os companheiros nas celebrações, nas bodegas, nos trabalhos de mutirão, nos encontros de meio de estrada, nos mercados, etc. Os candidatos enfrentaram a campanha andando a pé até 36Km; de bicicleta fizemos viagens de até 84Km por dia.

APELAMOS PARA OS COMPANHEIROS QUE NÃO DEIXEM DE DEFENDER OS SEUS DIREITOS, POIS TODOS UNIDOS SOMOS CAPAZES DE VENCER."

# Eleições sindicais: balanço de uma prática

Depoimentos de sindicalistas colhidos pela equipe FASE/Santa Luzia

Dentro do tema "Eleições Sindicais" o movimento sindical do Maranhão viu momentos importantes em diversos municípios do Estado, principalmente nos anos de 79 e 80.

Como ponto de partida para a discussão do assunto, escolhemos a categoria dos trabalhadores rurais por serem eles não só predominantes no Estado do ponto de vista numérico e econômico, como também por ser o seu movimento sindical o de maior expressão, o que mais experiências e lutas tem acumulado.

Até o começo da década de 70 havia poucos sindicatos de trabalhadores rurais (STR) no Maranhão. Em 1971, depois de muita luta dos camponeses, o governo criou o FUNRURAL. Como não havia uma estrutura para o funcionamento do FUNRURAL, o governo resolveu usar a estrutura sindical. Assim, os sindicatos passariam a ter um caráter assistencialista e o governo se promoveria como aquele que oferecia assistência e aposentadoria ao povo do interior. Então de um momento para outro foram fundados quase 100 sindicatos de trabalhadores rurais no interior do Estado. Esses sindicatos foram fundados completamente à parte do processo de luta dos lavradores. Muitos serviam de apoio aos políticos locais da ARENA. Como não poderia deixar de ser, com raras exceções (como o de sindicalis-

tas de Santa Luzia, Imperatriz e outros), a maioria dos dirigentes sindicais não tinham compromissos com os lavradores. Mas mesmo nesse período em que imperavam os desmandos do poder econômico e o peleguismo no movimento sindical houve muitas lutas dos camponeses pelos seus legítimos direitos.

Nos últimos dois anos, entretanto, o panorama do movimento sindical no Maranhão começou a se alterar.

Para contar como surgiram as chapas de oposição, como foi e quais as experiências tiradas da sua participação nas eleições sindicais, foram convidados 4 sindicalistas: Lozinho, membro da diretoria do STR de Esperantinópolis; Zé Amâncio, sindicalista de Santa Luzia que concorreu pela chapa 2 às eleições do ano passado; Jacó, membro do Conselho fiscal do STR de Poção de Pedras e Leonar do Primo, presidente do STR de Porto Franco.

Além disso, foram ouvidos depoimentos de outros sindicalistas com o fim de complementar e enriquecer o debate.

**P:** A partir de quando e como surgiu o sindicalismo autêntico no Maranhão?

**LOZINHO:** O movimento sindical autêntico

tico, de oposição sindical, principalmente aqui no Estado do Maranhão, até 78, prá gente era uma coisa meio estranha e acho que nenhum lavrador tinha conhecimento de como era. A oposição que a gente conhecia era a oposição partidária, o então MDB. Mas não porque o movimento sindical (M.S.) era um movimento bom, autêntico, um movimento que lutasse realmente pela causa do trabalhador. Não era bem assim. Era um sindicalismo que não correspondia às necessidades, não era uma luta à altura de que nós precisávamos para marchar para um ponto mais sério dentro do movimento sindical.

Mas a partir de 79, começamos a ouvir falar sobre o trabalho dos movimentos das chapas de oposição e ficamos mais familiarizados com essas experiências. Até as resoluções do III Congresso da Contag expressava alguma coisa nesse sentido. Tem um artigo que diz que se deveria travar uma luta dentro do MS para afastar os elementos que estão à frente das diretorias de sindicatos que não são comprometidos com a causa do trabalhador.

Dada essa reivindicação do III Congresso e com a necessidade que os trabalhadores foram sentindo de tomar a direção do sindicato, tomar das mãos daqueles que negociam com grileiros, com os políticos do PDS, com o Ministério do Trabalho, com a própria política do governo, frente a essa necessidade, os trabalhadores começaram a se articular, a debater nas comunidades de base, nas associações, no próprio serviço da roça, de como começar a fazer uma política sindical no M.S. prá que o sindicato voltasse a ser realmente aquilo que significa, ou seja, uma associação de classe que visa defender os interesses da mesma.

Foi então a partir de 79 que começou a surgir, em diversos municípios do Maranhão, trabalhadores organizando chapas para concorrer às eleições sindicais.

**ZÉ AMÂNCIO:** Alguns anos atrás concorriam 1 ou 2 chapas, mas tudo de um lado só, ou então na maioria dos casos era uma só chapa

do mesmo grupo que já estava a várias gestões na diretoria e convocava eleições só mesmo prá cumprir uma formalidade.

Em 79 e 80, embora o movimento dos sindicalistas autênticos fosse novo, em diversos municípios foram inscritas chapas para concorrer às eleições e pela primeira vez a importância de participar, de discutir as diferenças entre 2 chapas se tornou uma coisa mais próxima e mais viva para os trabalhadores. E as chapas de oposição sempre colocaram que era de todo interesse dos trabalhadores participar amplamente do processo eleitoral.

**P:** Como tem ocorrido, então, os processos de eleição sindical (a campanha, a votação, etc...) e como tem sido a reação das chapas da situação com a entrada em cena das chapas de oposição?

**ZÉ AMÂNCIO:** Acho que em todos os lugares onde houve eleições, nessas condições, a coisa aconteceu mais ou menos parecido.

Durante a campanha já existiu diferença: enquanto a chapa de oposição procura percorrer o maior número de povoados explicando sobre a eleição, discutindo os pontos do programa, os pelegos só avisam nos lugares onde sabem que têm votos, fazem de tudo prá confundir o povo dizendo até mesmo a data de eleição trocada, etc.

No período da eleição, os pelegos fazem tudo irregular: quitação fora do prazo, perdoam dinheiro dos sócios desde que queiram votar prá eles. E se dinheiro não entra no sindicato porque depois eles não precisam prestar conta direito, o Ministério do Trabalho deixa correr frouxo mesmo. Outra coisa: a diretoria pelega só coloca urnas nos locais onde sabe que tem votação certa.

**JACÓ:** Em Urbano Santos, os pelegos associaram uma porção de pessoas com data atrasada, inclusive uma porção de mulheres, que antes e les nunca tiveram interesse de associar, mas que no momento servia para fazer as manobras. Meses antes da eleição, tiraram fo

ra do quadro social os sócios que eles sabiam que iriam compor a chapa de oposição. Depois de muita luta foram obrigados a reintegrá-los.

Além disso, na sede do sindicato há via muita provocação em cima dos que apoiavam a chapa 2.

Em São Mateus, a diretoria chegou a dar um bloco de quitação de com diferente para um delegado sindical que apoiava a chapa 2, de modo que os sócios fossem barrados na hora de votar.

**P:** E como tem sido a interferência de outros elementos estranhos ao movimento sindical no processo eleitoral?

**JACÓ:** Na eleição de Urbano Santos, os políticos do PDS entraram com unhas e dentes, a prefeitura estava totalmente do lado do atual presidente e atendeu os pedidos de requisitar carros para carregar os leitores do interior. Na hora da votação até os vereadores e o delegado de polícia votaram.

Quando chegou a hora da apuração, os latifundiários e os políticos estavam dentro da sede acompanhando e interferindo no processo. Em acordo com os pelegos, chamaram a polícia pra "garantir" a apuração. Quando eles viram que a chapa 1, da diretoria, ia ganhar, saíram soltando foguete pela cidade e foram comemorar na casa da prefeita.

Até um companheiro disse que não estava entendendo, parecia que não era sindicato de trabalhador rural, mas sim sindicato de latifundiários.

**ZE AMÂNCIO:** Em Bom Jardim e Paraíba no os políticos do PDS participaram abertamente da eleição carregando gente e mesmo como mesários apoiando os pelegos. Em Santa Luzia, os fazendeiros e grileiros colocaram seus caminhões a serviço da chapa 1, do pelego.

**JACÓ:** Outra coisa que aconteceu é que os políticos estão cuidando de conquistar o povo pra votar na chapa do pelego bem antes da eleição.

ção, no mesmo esquema de eleição partidária. Depois da eleição eles cobram o apoio. Hoje, por exemplo, a ditória de Lago da Pedra está tomando benção ao Prefeito e aos vereadores.

Isso tem prejudicado demais o movimento sindical. Nos encontros de sindicalistas, quem acaba falando são os companheiros que participaram das chapas de oposição, que tem uma luta junto com o trabalhador. E os pelegos não dizem nada porque não podem mesmo dizer nada, já que não participam de luta nenhuma.

**P:** Qual é o balanço feito dessas diversas eleições e das derrotas sofridas pelas chapas de oposição?

**R:** Os trabalhos dos sindicalistas das chapas de oposição tem tido pouco tempo pra se afirmar. Se nós tivéssemos em diversos lugares tido mais tempo de trabalho nas bases, teríamos condições de vencer mesmo com toda a safadeza.

Nas eleições a participação tem sido muito pouca, isso dá maior margem para o pelego fazer manobras. O fato de que a média de votantes nessas eleições esteve entre 500 a 800 eleitores, o que reflete a situação de esvaziamento do sindicato, só interessa e favorece ao pelego na hora das eleições.

**LEONARDO:** No meu ponto de vista, se existe derrota, se existe problema, é porque falta conscientização na base. Se o associado está consciente então ele não fica fora do sindicato, ele está lá pagando as mensalidades, assistindo às reuniões, etc. Se ele fica ausente, já é uma vitória para o pelego.

Nós temos ajudado os companheiros de outros municípios na época das eleições sindicais e temos visto muita safadeza por aí.

Então quando a gente avalia as derrotas não fica muito triste. Em 1º lugar foi um movimento novo que começou a se levantar, de 79 pra cá. E dentro desse movimento novo as derrotas são um tanto relativas. Antiga

mente só existia uma ou duas chapas, mas tudo de um lado só e com esse nosso movimento conseguimos alguns resultados, avançamos nesse sentido.

Por exemplo, em São Mateus, embora o pelego tivesse tudo na mão, os companheiros da chapa 2 perderam por apenas 60 votos. Em Monção por apenas 13 votos. Isso para um movimento novo já representa alguma vitória.

**JACÓ:** Além disso, só concorrendo às eleições a gente aprende como é a melhor forma de combater os pelegos porque a medida que a gente participa eles tem que lançar mão de toda a safadeza e recursos que dispõem e serve pra ver também quais são nossos pontos fracos.

**LEONARDO:** A solidariedade e a ajuda dos sindicalistas autênticos nos municípios onde havia eleição também foi muito positiva.

Quem pensava que estava só, já viu que tem um número maior de companheiros na mesma luta. E a gente não tem visto os companheiros que enfrentaram as eleições, desanimados ou desiludidos, mas mais experientes. Agora já sabemos qual é o "bicho" que temos pela frente.

**P:** Existem outros fatores que têm atrapalhado a possibilidade de vitória das chapas de oposição?

**ZE AMÂNCIO:** O movimento sindical tem sido muito atrapalhado e prejudicado pela legislação que favorece aos pelegos, que dá possibilidades pra eles fazerem as jogadas deles. Pelo menos, no caso de Santa Luzia, o pelego está com 3 anos que não presta conta e fez uma ou duas Assembléias somente. Foi feita uma denúncia para o Ministério do Trabalho, no ano passado, por membros da antiga diretoria que discordavam dessa atuação e isso nunca foi nem respondido. Quer dizer que eles fazem o que querem, deitam e rolam e fica por isso mesmo. As leis que são feitas, são feitas pra isso. O Ministério do Trabalho que ajuda os pelegos nas suas enroladas é um órgão do go

verno e que tá envolvido no M.S.; é o dedo do governo dentro do M.S. E eles estão interessados em ficar com os sindicatos seguros porque esses sindicatos estão servindo de máquina eleitoral para o PDS. Isso nos coloca a necessidade do M.S. continuar lutando firmemente pela liberdade e autonomia sindical.

A FETAEMA também atrapalha no sentido de que ela deveria ser uma entidade para organizar os trabalhadores, defender seus interesses, promover a educação sindical com cursos, encontros, etc. Mas o que se vê é que quando surgem duas chapas nas eleições, ela logo entra pra apoiar e orientar a chapa da situação, daqueles que já estão no "poder", que também são apoiados pelos fazendeiros, grileiros e políticos governistas. O trabalhador mais mais atrasado, fica confuso e se afasta achando que tudo parece a mesma bagunça das eleições partidárias do interior.

**JACÓ:** Realmente em várias eleições os assessores e os advogados da Federação têm entrado abertamente a favor dos pelegos; muitas vezes com um comportamento que tem prejudicado o processo eleitoral.

**P:** Como se encontra a atual situação do movimento sindical no Maranhão?

**ZE AMÂNCIO:** A necessidade de somar forças, de unificar e planejar o trabalho sindical para fazer frente às investidas dos grileiros e latifundiários que estão em todo o Estado e contam com o apoio do governo, assim como de desmascarar e afastar dos sindicatos os pelegos e falsos defensores da categoria fez com que os sindicalistas que participaram ou apoiaram as chapas de oposição se aproximassem e se unificassem em função da luta do trabalhador rural pelos seus direitos, pela Reforma Agrária e pela liberdade.

Esse movimento conta com a participação de várias diretorias sindicais autênticas porque não é um movimento paralelo, fora dos sindicatos e da Fe

deração, mas é uma articulação e um esforço conjunto para impulsionar o movimento sindical do Maranhão no sentido de que se torne um movimento sindical democrático, reivindicativo, unitário e enraizado nas bases.

Inclusive em agosto do ano passado foi aprovado um programa de ação comum dos sindicalistas autênticos do Maranhão, que tem contribuído muito para isso.

**LOZINHO:** A importância da educação sindical, do trabalho de base, da formação de delegações sindicais, é fundamental para nosso movimento. O que vemos é que realmente o pessoal desanimou nesses anos todos com a atuação dos pelegos que não lutam pela causa do trabalhador. Os trabalhadores desanimam se afastam e não pagam o sindicato.

O que acontece, na reflexão que fizemos sobre as derrotas das chapas de oposição, é que as pessoas que estão pagando são aquelas que têm mais um incentivo por parte do pelego, é o bloco, a ala dele, que está em dia e tem ampla liberdade de direito de voz e de voto. Com o passar das eleições temos visto a importância da motivação para que o sócio participe do sindicato, pague as mensalidades pra ter direito a voz e voto também.

O pelego incentiva a ala dele e nós precisamos ganhar o meio da massa mesmo, fazer campanha de sindicalização e não abandonar o sindicato para que a gente realmente tenha correlação de forças suficientes pra dobrar o pelego.

Está todo mundo animado pra continuar o trabalho, trazer o pessoal pra dentro do sindicato, participar das assembleias, discutir, trazer as propostas que o trabalhador quer, colocar e pressionar o pelego pra ele assumir. A luta, a batalha, tem que ser feita dentro do sindicato

mesmo. Isso foi um dado que ficou reforçado neste último ano.

**ZE AMÂNCIO:** Estamos vendo que, além de participar do movimento sindical, o trabalhador também deve participar dos outros movimentos populares e também das lutas políticas. Não existe meio do trabalhador ficar fora do movimento político em geral. Se ele ficar fora, ele fica fora até das condições de sobreviver porque as leis são contra ele, não se tem garantia de nada e então a única saída para o trabalhador é engrassar o movimento e as lutas políticas.

Principalmente o governo diz que os sindicalistas não podem participar de política, mas sendo política que interessa ao trabalhador, porque se for política que interessa a eles pode, como os pelegos até se candidatam pelo PDS. Mas quando é pela oposição, aí dão logo em cima.

Os trabalhadores foram obrigados a ficar afastados esse tempo da vida política, mas é hora deles compreenderem que essa participação interessa a nossa classe. O caminho que temos é a convocação de uma Assembleia Constituinte, livre e soberana, que está na ordem do dia. Devemos discutir e entender bem o que é, pra ver que a Constituinte é coisa que interessa ao trabalhador.

Nosso movimento precisa de uma legislação sindical feita por nós mesmos trabalhadores e a população oprimida precisa de leis de seu interesse, justas e que sejam cumpridas. Por isso devemos participar de um movimento como esse pela Constituinte, porque a Constituição que tem aí foi feita e serve aos militares. Uma Constituição feita por eles não interessa pra gente, mas uma Constituinte feita com a participação e a força popular é muito importante.

# Os grandes projetos da Amazônia

FASE/Santa Luzia

Grandes transformações estão ocorrendo e estão programadas para o Estado do Maranhão. Essas transformações não foram ainda estudadas, apesar de que muitas delas já foram programadas há diversos anos e muitas já vinham se processando há anos. Pretendemos levantar os principais dados referentes a essas transformações a que damos o nome de "Grandes Projetos". Muitos dos que vivem no Maranhão já sofreram os efeitos dessas transformações, mas sem provavelmente dar conta de sua origem, e muito menos das ligações entre elas. Então vejamos alguns casos: a expulsão dos posseiros do povoado de Nova Vida, no município de Santa Luzia; a crescente proibição da coleta do babaçu e também o aumento da renda nas regiões dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré; o caso da Vila Pe. Xavier, em São Luís, com a ameaça de expulsão violenta dos moradores.

Vejamos caso por caso:

Em Nova Vida, vemos envolvidos um grileiro e dois órgãos públicos: a Amazônia Mineração (subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce), empresa do governo federal) e o DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagens). A expulsão dos posseiros existentes naquele local, portanto, foi também obra do governo federal

e de um grileiro, o que mostra o envolvimento desse governo nas ações de grilagem. Mas para que o governo queria a terra? Ela fica próxima a área onde passará a ferrovia Carajás-Ponta da Madeira, que está sendo construída para transportar os minérios de ferro da Serra dos Carajás, tida como uma das maiores províncias minerais do mundo, senão a maior. Na área de influência da ferrovia, já conhecida como corredor Carajás, o governo pretende desenvolver grandes projetos através de grandes empresas nacionais e estrangeiras. E com tudo isto começa os despejos dos legítimos donos das terras, os posseiros.

E no caso das quebradeiras de coco? Nos últimos anos, o que temos visto é que os babaçuais, antes pouco valorizados, começaram a ter valor econômico. Os grandes latifundiários e grileiros começaram a proibir a quebra e cata do coco pelos posseiros ou rendeiros, preferindo eles próprios realizarem a venda do coco inteiro a terceiros (intermediários ou grandes industriais). Por que isso aconteceu? É que as grandes indústrias que estão se instalando, especialmente a Agrima e a C.I.T., desdobraram processos de quebra mecanizada do babaçu e ainda uma maneira de aproveitar todas as suas partes obtendo com tudo isto altos lucros. Fazem o babaçu dar óleo, produzir

carvão do melhor tipo, álcool metano, a torta e ainda ração para animais. Realizam-se várias pesquisas para melhorar as técnicas de produção e aumentar os produtos obtidos do coco.

Finalmente o caso da Vila Pe. Xavier. A expulsão de famílias da região do Tibiri-Pedrinhas, vem sendo feita por empresas de grande porte e que estão se instalando na área, especialmente a ALCOA (Alumínio S/A) que pretende fabricar alumina e alumínio numa imensa usina em São Luís, que ocupará cerca de 1/8 da Ilha.

Bem, já vimos o porque de alguns acontecimentos recentes que poderiam nos parecer de difícil entendimento. Mas qual a ligação entre esses fatos? Não são coisas algo diferentes? Tentaremos mostrar que não, vejamos:

O Maranhão tem parte de seu território encravado no que já se convencionou chamar de Amazônia Legal. Tal nome foi dado pela Lei nº 1806, de 1953, que criou o território da Amazônia Legal, envolvendo os territórios do Acre (Estado desde 1962), Amapá, Guaporé (hoje Rondônia) e Rio Branco (hoje Roraima) e ainda as partes do Estado de Mato Grosso ao norte do paralelo 16, do Estado de Goiás ao norte do paralelo 13 e no Estado do Maranhão a oeste do Meridiano 44. Esse patrimônio físico passou a ser favorecido por benefícios fiscais estipulados pelo artigo 199 da Constituição Federal de 1946, o qual obriga a destinação de 3% da renda federal ao desenvolvimento da região Amazônica.

A partir de então, o governo federal tem um planejamento global para a região da Amazônia Legal e a partir do governo Juscelino (1955-1960), tentou se implantar uma nova estratégia de ocupação da Amazônia: a ocupação do planalto central, que é o divisor das 3 maiores bacias dos rios brasileiros (Bacia do Prata, São Francisco e do Amazonas) e a partir dele a penetração na planície amazônica pelos grandes "espigões" que separam as águas dos afluentes da margem sul do rio Amazonas. O primeiro desses espigões foi penetrado ainda no governo Juscelino, com a

estrada Belém-Brasília, que saíndo da então nova capital federal, em pleno Planalto Central, chega até a foz do Amazonas, à altura de Belém, capital do Pará. A estrada desce pelo divisor que separa o Tocantins do Araguaia.

A mudança de estratégia realizada no período Juscelino é reconhecida por um dos pensadores mais importantes do atual governo militar, o general Meira Mattos, que em seu livro "Uma Geopolítica Pan-Amazônica" afirmou: "A consciência de que o país precisava interiorizar (...) começou a ganhar substância (...). O passo decisivo foi dado pelo presidente Kubitschek quando resolveu transferir a capital para o Planalto Central". É ele que diz ainda, sobre o mesmo assunto, o seguinte: "mudamos de estratégia nos anos 50 e começamos a implantá-la nos anos 60".

Essa estratégia persiste até hoje e tem como princípio básico a idéia de que é preciso criar condições favoráveis para que o grande capital nacional e estrangeiro se localize na região, com um modelo de desenvolvimento que não leva em consideração as populações locais, mas que busca antes de tudo o lucro na utilização das riquezas naturais brasileiras. Dessa forma não se quer saber se os posseiros de Nova Vida, as quebradeiras de coco do interior ou se os moradores da periferia de São Luís são expulsos de suas terras e casas e ficam sem condições de sobrevivência. O importante é que a economia do País cresça e que os lucros das empresas permaneçam intocáveis. Tal estratégia foi bem definida pelo então presidente Garrastazu Médici, em 1970: "O País vai bem, mas o povo vai mal".

No entanto, os grandes projetos que começam agora a ser implantados encontram o povo e o País muito mal. Hoje o Brasil deve ao exterior quase 60 bilhões de dólares, a inflação está acima de 100% e a economia entra em crise.

Assim, os grandes projetos são vistos pelo governo como uma forma de garantir sua própria sobrevivência. Tais projetos têm uma outra caracte

rística: são interdependentes e dependem para sua execução e implantação de obras de infra-estrutura por parte do poder estatal (governo federal ou governos estaduais).

## OS GRANDES PROJETOS

Temos, atualmente, em desenvolvimento no Maranhão, 3 tipos de grandes projetos:

- Processamento industrial de minérios: Carajazão e ALCOA;
- Substitutivos energéticos: álcool, de cana, babaçu e reflorestamento;
- Produção de alimentos: agropecuária, agricultura e pesca.

Para situarmos melhor essa área vamos utilizar 2 outras definições:

- Área do projeto Amazônia Oriental (ou Carajazão) - aí incluindo todos os projetos atualmente em execução, tais como: Tucuruí, Carajás, Trombetas, Alunorte-Albrás;
- Área de influência do corredor Carajás - além da área do projeto Amazônia Oriental (área paraense ao sul do Equador e a leste do Rio Xingu), toda a área do Maranhão e do Piauí.

### CARAJAZÃO

O projeto Carajazão é o mais ambicioso que já se pensou, no gênero, em todo o Brasil. Conforme o planejamento da Companhia Vale do Rio Doce, o projeto se divide em 3 partes: minero metalúrgico (envolvendo ferro, cobre, alumínio, ferro manganês, gusa); exploração florestal (às margens da ferrovia, principalmente próximo a Marabá) e agropecuária (soja, arroz, milho, feijão, mandioca e criação de gado). Ocupa cerca de 2.540.000 hectares ao longo da ferrovia, principalmente na Pré-Amazônia Maranhense.

Ao todo seriam cerca de 10,5 milhões de hectares de terras ocupadas, a maior parte no Estado do Maranhão. Prevê-se que nada menos de cem mil famílias (ou cerca de 500 mil pessoas) serão expulsas de suas terras

para dar lugar às multinacionais e grandes empresas nacionais. Não se tem idéia do número de famílias que serão aproveitadas na exploração florestal ou na agropecuária, mas tal número será mínimo, inclusive por que há negociações entre os governos brasileiros e japoneses para a imigração de cerca de 10 mil famílias japonesas para a área.

Todo o projeto está orçado em cerca de 32.555 bilhões de dólares sendo 30% deste total captado no exterior.

Para a entrada em funcionamento do projeto Carajazão é fundamental a conclusão tanto da ferrovia Carajás-Ponta da Madeira, como da Hidrelétrica de Tucuruí, o que está previsto para 1984.

No que se refere à produção de alimentos, os municípios atingidos serão em torno de 21. Alguns desses podem ser destinados à exploração florestal, principalmente áreas de Impetatriz e Santa Luzia.

A parte minero-metalúrgica vai se concentrar em Carajás e em São Luís, provavelmente.

Além disso, num documento da Companhia Vale do Rio Doce - "Amazônia Oriental: um projeto nacional de exportação" - suas proposições assentam-se em quatro pontos: existência no País de matérias-primas minerais; baixo custo de energia elétrica, gerada em Tucuruí; mão-de-obra brasileira barata; controle de poluição menos rigoroso no Brasil.

### BABAÇU

O projeto babaçu, no Maranhão, é um grande indicador de que os grandes projetos que hoje se instalam estão previstos há bastante tempo: a primeira empresa que visa a industrialização global do babaçu começou a se instalar em 1972, antes da chamada crise do petróleo e antes de que houvesse a previsão de instalação de projetos siderúrgicos no Maranhão.

As pesquisas voltadas para a criação de uma máquina que realize a quebra pela separação do coco e para o

desenvolvimento de tecnologia que per-  
mitissem a extração do coque siderúr-  
gico e do álcool do babaçu só seriam  
feitos se houvesse a certeza da co-  
locação dos produtos derivados no  
mercado, com a garantia de lucro  
certo. Ainda mais quando se sabe que  
para o aproveitamento global do ba-  
baçu é necessário que se trabalhe com  
pelo menos um milhão de toneladas  
de coco por ano (exatamente a capaci-  
dade da Agrima, a empresa pioneira  
no setor).

Dos grandes projetos hoje em implan-  
tação no Maranhão, o projeto baba-  
çu é o que se pode considerar em es-  
tágio mais adiantado de instalação,  
e somente agora começam a surgir as  
primeiras críticas, não ao projeto em  
si, mas às suas consequências no  
campo, como por exemplo a proibição  
da quebra do coco nas regiões dos  
rios Itapecuru, Mearim e Pindaré.  
Atualmente, duas empresas dedicam-se  
ao aproveitamento integral do baba-  
çu.

As duas empresas são Agrima S/A - A  
grícola Industrial do Maranhão e a  
C.I.T. - Companhia Industrial Tecni-  
ca S/A. Ambas pertencendo a podero-  
sos grupos capitalistas ligados a  
interesses das multinacionais do  
Brasil.

A primeira está instalando-se em Co-  
dô, onde possui área de babaçuais  
de cerca de 12 mil hectares;

O funcionamento em escala industri-  
al das duas empresas deverá inten-  
sificar as relações capitalistas no  
campo, com o número de assalariados  
envolvidos na coleta de babaçu au-  
mentando. As atuais relações serão  
quebradas e a proibição da quebra  
do coco como hoje ainda é feito se-  
rá absoluta. Como sabe-se que, atual-  
mente, cerca de 300 mil famílias par-  
ticipam da quebra do coco, coletando  
anualmente 4 milhões de toneladas,  
prevê-se que pelo menos 80 mil famí-  
lias (400 mil pessoas) perderão  
parte importante de sua subsisten-  
cia, obtida com a renda extraída do  
babaçu.

#### ALCOOL

O projeto Álcool é, até o momento, o

mais indefinido dos grandes projetos  
que se implantam hoje no Maranhão,  
apesar de haver um planejamento deta-  
lhado de um empresário que se en-  
veria 51 municípios do Estado e, a  
partir da cana-de-açúcar fabricaria  
o produto, vários sub-produtos e fa-  
ria investimentos industriais em se-  
tores que envolvessem equipamentos  
necessários a execução global do pro-  
jeto.

Entretanto, tal projeto estava pre-  
visto para começar a ser implantado  
a partir do corrente ano, o que  
não ocorreu.

O Projeto Integrado do Alcool do  
Estado do Maranhão (este o seu nome)  
previa a produção de 3 bilhões, 168  
milhões de litros de álcool deriva-  
do da cana-de-açúcar, a partir de  
1983, iniciando em 1981 com uma pro-  
dução de 252 milhões de litros por  
ano.

O projeto previa a instalação de em-  
presas de navegação fluvial, produ-  
tas de celulose, produtoras de con-  
traplacas e madeira sintética,  
companhias municipais e distribuidoras  
de gás, fábricas de papel e pa-  
pelão, indústrias metalúrgicas, pe-  
quenos estaleiros, processadores de  
melaço e unidade instaladora e monta-  
dora de tanque e silos.

A divulgação desse projeto deu-se no  
ano passado, causando polemica, pois  
o governo nunca o assumiu oficial-  
mente, apesar das cópias chegadas  
às mãos do autor estarem circulando  
entre os membros da alta administra-  
ção Estadual.

De lá para cá, surgiram mais dois  
planejamentos para a produção de al-  
cool: um que esta em vias de ser  
desenvolvido através do Instituto  
do Açúcar e do Alcool (I.A.A.), que  
está implantando estações experimen-  
tais de cana-de-açúcar no município  
de Caxias e na Pré-Amazonia Mara-  
nhense, visando a desenvolver tecno-  
logia para que o Maranhão e o leste  
do Pará (região de Capitão Poço) ve-  
nham a se transformar em produtores  
de nada menos que 4 milhões de li-  
tros de álcool por ano a partir de  
1984.

O outro planejamento é pensado pe-

los técnicos do Centro de Desenvolvimento Internacional do Japão, os quais indicam os municípios de Balsas e Grajaú para o projeto de produção alcooleira, a partir de mandioca, num total de 495 milhões de litros por ano.

Relembre-se, também, que já existe operando no Maranhão uma destilaria de álcool a partir da cana-de-açúcar em Aldeias Altas, onde o grupo Costa Pinto, do Centro-Sul do País, produz 21 milhões de litros de álcool por ano, estando em vias de ampliar a produção para o dobro.

No ano de 1978, o consumo estadual de gasolina comum foi de 97.395.000 litros, sendo bastante, portanto, a construção de 5 destilarias do tipo atualmente existente em Aldeias Altas para substituir toda a gasolina combustível por álcool.

Por fim, recorde-se que a meta do Proálcool (Plano Nacional de Álcool) para 1985 é a produção de 10,7 bilhões de litros de álcool por ano. Só com a implantação do projeto pensado pelo IAA teríamos cerca de 40% dessa meta cumprida nos Estados do Maranhão e Piauí.

## ALCOA

É o mais definido e o que maiores resistências a sua implantação está encontrando. O projeto Alcoa, quando em sua fase final, produzirá 3 milhões de toneladas de alumina e 300 mil toneladas de alumínio.

A Alcoa (Aluminium Company of América, dos Estados Unidos) atua no Brasil há mais de 10 anos, através de sua subsidiária Alcoa Alumínio S/A, que é uma associação entre a multinacional americana (68%) e a Hanna Mining Company (32%). Esta última empresa atua no Brasil desde 1958, quando comprou as ações da St. John del Rey Mining Company, de Minas e jazidas de ferro, em Minas Gerais.

Antes daquele ano, a Hanna já se implantara no Brasil, mas exercia apenas pesquisa mineral da bauxita, em Poços de Caldas, cuja exploração se dá, hoje, pela Alcoa Alumínio S/A.

Para apurar as atividades do grupo Hanna no Brasil, em 1964-65, foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Federal que em suas conclusões afirma textualmente: "Considerando-se, por diversos motivos, referidos na parte I desse Relatório, pouco recomendável a presença, no País, das empresas constituintes do Grupo Hanna, recomenda-se que nenhum apoio governamental seja dado a qualquer empreendimento de sua autoria".

A Alcoa Alumínio S/A envolveu-se num caso referente à transferência para si das reservas de bauxita que se encontravam nas mãos do grupo Jari, do Norte Americano Daniel Ludwig.

Esses são os antecedentes da poderosa multinacional que hoje se instala em São Luís. Sua implantação na ilha recebeu parecer contrário por parte de um grupo de estudos formado por técnicos indicados pelo próprio governo do Estado do Maranhão, que depois escondeu o resultado da opinião pública maranhense.

Para se instalar em São Luís a Alcoa receberá energia e água mais barata que os outros consumidores (residenciais ou industriais), operará num porto próprio, está recebendo terreno barato com vigilância feita pelo próprio governo do Estado (para evitar invasões). A empresa exige, ainda, uma série de incentivos de isenções. Obteve uma área com cerca de 5.500 hectares e está transferindo populações das periferias da cidade para áreas mais próximas do centro, onde não tem emprego (antes eram pescadores ou lavradores), nem casa. A empresa ainda não desistiu de obter uma área de 10 mil hectares.

Hoje a Alcoa está com cerca de 95 a 100 funcionários em São Luís, número que deverá subir pois as obras de engenharia e construção da usina de alumina e da redução de alumínio já iniciaram. Alguns técnicos calculam que para 2.500 empregos criados, a Alcoa tirará meios de subsistência (pesca e lavoura) de pelo menos 200 mil pessoas.

Além das graves ameaças à economia e à soberania nacional, a Alcoa possui

rã irremediavelmente o meio ambiente de São Luís, destruindo plantas, peixes, mangues, provocando doenças na população, envenenando as águas dos rios e das praias de São Luís.

A bauxita virá das fazendas do Rio

Trombetas (Oriximinã, Pará) ainda possível a compra de bauxita em Paragominas (Pará) e na Serra dos Carajás. Estas duas últimas opções podem utilizar o transporte ferroviário, enquanto o primeiro utilizará o fluvial marítimo.

**EQUIPES LOCAIS  
REGIONAL NORTE**

Escritório de Belém  
Rua Bernal do Couto nº 1329  
66.000 – Belém – PA  
(091) 222-0318  
Escritório de Abaetetuba  
Av. D. Pedro II, s/nº  
68.440 – Abaetetuba – PA  
(091) 751-1114  
Escritório da Região de Salgado,  
Travessa Índio Betan nº 196  
68.745 – Castanhal – PA  
Escritório de Santa Luzia  
Av. Newton Bello nº 1032  
65.390 – Santa Luzia – MA  
Escritório de Santarém  
Rua Mendonça Furtado nº 2475  
(091) 522-1764  
68.100 – Santarém – PA  
Escritório de São Luís  
Rua Apolônia Pinto nº 213  
Bairro de Fátima  
65.000 – São Luís – MA  
(098) 223-0276

**REGIONAL NORDESTE**

Escritório de Recife  
Rua Cedro nº 52  
Casa Amarela  
50.000 – Recife – PE  
(081) 268-3242  
Escritório de Garanhuns  
Rua Dr. José Mariano nº 346  
55.300 – Garanhuns – PE  
(081) 761-1819  
Escritório de Fortaleza  
Rua Justiniano Serpa nº 131  
Otávio Bonfim  
60.000 – Fortaleza – CE  
(085) 223-4056  
Escritório de Capistrano  
Rua Cel. Francisco Bezerra Campelo nº 2  
Carqueija  
62.748 – Município de Capistrano – CE

**REGIONAL SUDESTE-SUL**

Escritório do Rio de Janeiro  
Rua Senador Dantas nº 117 – gr. 1.518  
20.031 – Rio de Janeiro – RJ  
(021) 220-7198  
Escritório de São Paulo  
Rua Loefgren nº 1651 – casa 6  
Vila Clementino  
04040 – São Paulo – SP  
(011) 549-3888  
Escritório de Vitória  
Rua Frei Antônio dos Mártires nº 145  
29.000 – Vitória – ES  
(027) 223-7436  
Escritório de Porto Alegre  
Rua Gaspar Martins nº 470  
90.000 – Porto Alegre – RS  
(0512) 25-0787



Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Escritório Nacional: Rua das Palmeiras 90 – ZC 01

Tel.: (021) 286-6797 e 286-6134

22.270 – Rio de Janeiro (RJ)